

PLANO DE GOVERNO



GOIÁS DE TODOS

LEGADO QUE INOVA

Propostas para o Governo do Estado de Goiás

2027-2030

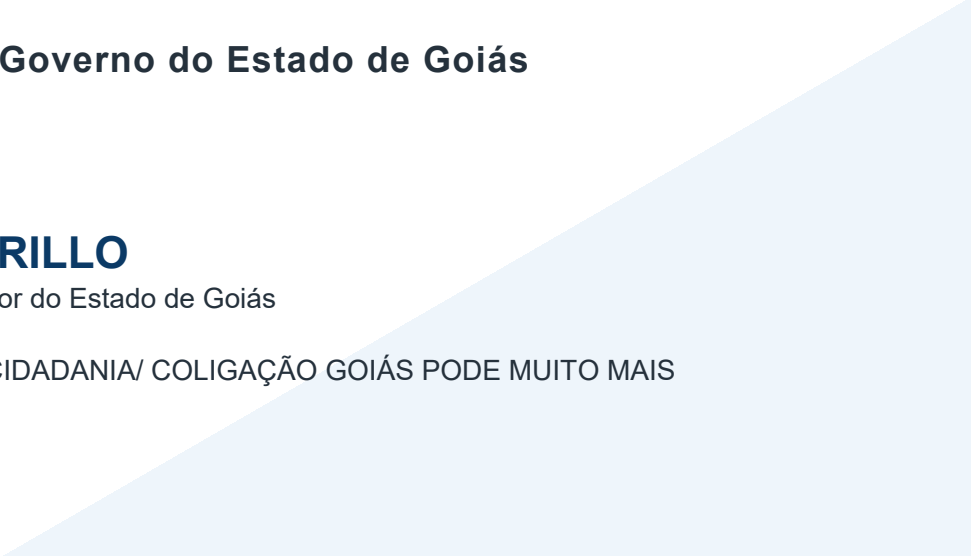


MARCONI PERILLO

Candidato a Governador do Estado de Goiás

FEDERAÇÃO PSDB-CIDADANIA/ COLIGAÇÃO GOIÁS PODE MUITO MAIS

Goiás • 14/08/2026



Capa e identificação	→
Apresentação	→
1. Goiás de Todos - Legado que Inova	→
2. Visão Goiás 2030	→
3. Quatro Eixos para um novo ciclo de desenvolvimento	→
4. Dez áreas temáticas e 55 compromissos	→
4.1 Educação, Ciência e Tecnologia	→
4.2 Saúde	→
4.3 Segurança Pública	→
4.4 Desenvolvimento Econômico e Trabalho	→
4.5 Agronegócio, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural	→
4.6 Infraestrutura, Logística e Desenvolvimento Regional	→
4.7 Meio Ambiente	→
4.8 Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania	→
4.9 Cultura, Esporte e Turismo	→
4.10 Governança e Gestão Pública	→
5. Pacto com os 246 Municípios	→
6. Responsabilidade Fiscal, Resultados e Transparência	→
7. Compromisso Final – Goiás 2027-2030	→

Apresentação

Governar é preparar o futuro

Foi com essa convicção que decidi colocar novamente meu nome à disposição dos goianos para disputar o Governo do Estado.

Goiás nunca foi um Estado condenado a permanecer como estava. Nossa história é marcada por grandes transformações. Em diferentes momentos, tivemos a capacidade de abrir novos caminhos, superar limitações e aproveitar as oportunidades de cada época.

A construção de Goiânia e a integração do território ajudaram a lançar as bases do Goiás moderno. Depois, ciência, trabalho e empreendedorismo transformaram o Cerrado e fizeram do Estado uma das grandes forças da produção agropecuária brasileira. Em outro ciclo, durante nossas gestões anteriores, Goiás diversificou sua economia, ampliou sua indústria e seus serviços, atraiu investimentos, fortaleceu sua infraestrutura e modernizou suas instituições.

Agora, estamos diante de uma nova transformação.

Inteligência artificial, automação, economia digital, biotecnologia, transição energética e novas formas de produzir e trabalhar estão modificando a economia mundial em uma velocidade extraordinária.

Goiás precisa se preparar para sua quarta onda de desenvolvimento: a onda do conhecimento, da inovação e da tecnologia.

Ela não substituirá aquilo que construímos. Ao contrário. Será construída sobre a força do nosso agro, da nossa indústria, dos nossos empreendedores, da nossa capacidade energética, da nossa posição logística, das nossas universidades e, principalmente, do talento dos goianos.

O desafio agora é agregar cada vez mais conhecimento e tecnologia ao que produzimos, atrair os investimentos da nova economia, formar nossos jovens para as profissões do futuro e utilizar a inovação para melhorar os serviços públicos e a vida das pessoas.

Tecnologia, para nós, não será um fim em si mesma. Só fará sentido se gerar oportunidades, melhorar os serviços públicos, aumentar a produtividade e fazer o desenvolvimento chegar a mais pessoas e a todas as regiões.

É dessa combinação entre experiência e futuro que apresentamos o Plano de Governo Goiás de Todos - Legado que Inova 2027-2030.

Queremos um Governo que combine crescimento econômico e desenvolvimento humano; responsabilidade fiscal e sensibilidade social; tecnologia e inclusão; eficiência e valorização dos servidores; produção e sustentabilidade; autonomia municipal e cooperação; planejamento e capacidade de entregar.

Este Plano foi construído a partir do diálogo com diferentes setores da sociedade e estabelece os compromissos que orientarão nossa atuação no período de 2027 a 2030.

Nosso propósito é transformar o potencial de Goiás em mais oportunidades, melhores serviços públicos e maior qualidade de vida para todos.

É isso que nos move.

É isso que queremos construir.

Marconi Perillo

Candidato ao Governo do Estado de Goiás

1. Goiás de Todos - Legado que Inova

A experiência como ponto de partida. A inovação como caminho. As pessoas como finalidade.

Goiás construiu, ao longo das últimas décadas, importantes capacidades econômicas, sociais e institucionais.

Tornou-se uma das grandes forças da agropecuária brasileira, ampliou sua base industrial e de serviços, fortaleceu sua posição logística, desenvolveu instituições públicas e acumulou experiências que contribuíram para transformar a realidade do Estado.

- Esse patrimônio não pode ser ignorado.
- Nenhum projeto consistente para o futuro precisa começar pela negação do passado.
- Mas reconhecer aquilo que foi construído também não significa acreditar que as respostas de ontem sejam suficientes para os problemas de amanhã.
- A sociedade mudou.
- A economia mudou.
- As tecnologias mudaram.
- As cidades mudaram.
- As expectativas das pessoas em relação ao poder público também mudaram.

Goiás está, portanto, diante de uma nova etapa de sua trajetória. Depois dos grandes ciclos que promoveram a integração do território, a transformação produtiva do Cerrado, a diversificação da economia e a modernização do Estado, é preciso preparar Goiás para uma quarta onda de desenvolvimento, impulsionada pelo conhecimento, pela inovação e pela tecnologia.

Essa nova onda não substitui as anteriores. Ela parte das capacidades construídas ao longo da história para renová-las diante das transformações do presente e abrir novas oportunidades para o futuro.

Por isso, o próximo ciclo de desenvolvimento de Goiás precisa combinar continuidade responsável e capacidade de transformação.

É esse o significado de Legado que Inova.

Legado

Legado significa reconhecer experiências que produziram resultados, valorizar instituições e servidores, preservar conquistas, aprender com os erros e utilizar o conhecimento acumulado como ponto de partida.

Inovação

- Inovar significa procurar formas melhores de resolver problemas.
- Significa incorporar ciência, tecnologia, transformação digital, inteligência artificial e sustentabilidade quando essas ferramentas ajudarem a melhorar a vida das pessoas.
- Mas significa também simplificar processos, integrar políticas, melhorar serviços, encontrar novas formas de cooperação e corrigir aquilo que não estiver funcionando.
- Inovar não é mudar por mudar. É fazer melhor.
- O objetivo final, entretanto, não é modernizar o Estado por si mesmo.
- É melhorar concretamente a vida das pessoas.
- O crescimento econômico precisa gerar empregos, renda e oportunidades.
- A educação precisa produzir aprendizagem.

- A saúde precisa atender no tempo certo.
- A segurança precisa proteger as pessoas.
- A infraestrutura precisa conectar regiões e oportunidades.
- A produção precisa caminhar ao lado da sustentabilidade.
- A proteção social precisa acolher e criar caminhos para autonomia.
- E o Governo precisa funcionar de maneira mais simples, eficiente, íntegra e transparente.
- Essa é a essência do Goiás de Todos.
- Um Estado no qual desenvolvimento econômico, desenvolvimento humano, sustentabilidade e boa gestão façam parte de um mesmo projeto.

2. Visão Goiás 2030

O Estado que queremos construir

Nossa visão para 2030 é construir um Goiás capaz de transformar seu potencial econômico e social em oportunidades concretas para as pessoas e para todas as regiões do Estado.

Queremos um Goiás:

- **mais humano**, porque educação, saúde, segurança, proteção social, direitos e oportunidades devem colocar as pessoas no centro das decisões públicas;
- **mais próspero**, porque crescimento econômico, produtividade, inovação e empreendedorismo precisam gerar emprego, renda e melhores perspectivas de vida;
- **mais conectado**, porque infraestrutura, logística, mobilidade e conectividade aproximam municípios, mercados, serviços e oportunidades;
- **mais equilibrado territorialmente**, porque o lugar onde uma pessoa vive não deve determinar a quantidade de oportunidades que encontrará;
- **mais sustentável**, porque água, Cerrado, biodiversidade e recursos naturais constituem patrimônio econômico, social e ambiental das gerações presentes e futuras;
- **mais inovador**, porque conhecimento, ciência e tecnologia serão cada vez mais decisivos para a competitividade, os serviços públicos e a qualidade de vida;
- **mais eficiente**, porque cada recurso público deve ser utilizado com responsabilidade e produzir o maior valor possível para a sociedade;
- **mais simples**, porque o cidadão e quem produz não devem desperdiçar tempo diante de burocracias que o próprio Estado pode eliminar;
- **mais transparente**, porque a sociedade tem o direito de saber o que foi prometido, o que está sendo realizado e quais resultados foram alcançados;
- **e mais preparado para o futuro**, porque governar não significa responder apenas às urgências do presente.

O desenvolvimento que propomos terá uma medida fundamental:

a melhoria concreta da vida dos goianos.

- Uma economia maior será importante.
- Mas precisará significar também mais oportunidades.
- Mais produtividade deverá significar melhores empregos e renda.
- Mais investimentos deverão significar desenvolvimento nos territórios.
- Mais tecnologia deverá significar serviços melhores.
- E maior eficiência do Governo deverá significar mais respeito ao dinheiro e ao tempo das pessoas.

Até 2030, queremos fazer Goiás avançar em sua quarta onda de desenvolvimento, incorporando cada vez mais conhecimento, inovação e tecnologia à economia, aos serviços públicos e às oportunidades oferecidas às pessoas e aos territórios.

É esse Goiás que queremos construir.

3. Quatro Eixos para um Novo Ciclo de Desenvolvimento

- Os desafios de Goiás não cabem em políticas isoladas.
- Educação influencia emprego e segurança.
- Infraestrutura influencia produção e desenvolvimento regional.
- Tecnologia transforma empresas e serviços públicos.
- Água é essencial para cidades, produção e meio ambiente.
- Desenvolvimento econômico amplia oportunidades e ajuda a sustentar políticas sociais.
- Por isso, nossas propostas serão orientadas por quatro eixos estratégicos complementares.

EIXO I - PESSOAS

Desenvolvimento Humano Integral

Colocar as pessoas no centro das políticas públicas

O desenvolvimento somente possui sentido quando melhora a vida das pessoas.

Este eixo reúne os compromissos relacionados à educação, saúde, segurança pública, proteção social, habitação, direitos humanos, cultura, esporte e demais políticas destinadas a ampliar capacidades, proteger direitos e criar oportunidades.

A prioridade será atuar desde a primeira infância até o envelhecimento, reconhecendo diferentes necessidades e buscando reduzir desigualdades que limitam o desenvolvimento das pessoas.

- Educação deverá produzir aprendizagem.
- Saúde deverá cuidar no tempo certo.
- Segurança deverá proteger a vida e a liberdade.
- Proteção social deverá acolher quem precisa e criar caminhos para autonomia.
- Cultura e esporte deverão ampliar desenvolvimento humano, identidade e oportunidades.

Propósito

Garantir condições para que cada goiano possa desenvolver plenamente suas capacidades e construir seu próprio futuro.

EIXO II - PROSPERIDADE

Economia Verde, Digital e Competitiva

Transformar crescimento em oportunidades

Goiás possui extraordinária capacidade produtiva.

Nosso desafio será transformar essa força em mais produtividade, inovação, empregos, renda e valor agregado.

Este eixo articula desenvolvimento econômico, indústria, comércio, serviços, empreendedorismo, agricultura, pecuária, cooperativismo, inovação, qualificação profissional, internacionalização e novas oportunidades associadas à economia verde e digital.

O Estado deverá criar condições para quem deseja investir, produzir e empreender, ao mesmo tempo em que prepara trabalhadores e empresas para transformações tecnológicas e ambientais.

Nesse cenário, sustentabilidade, inovação e tecnologia serão fatores cada vez mais determinantes para a competitividade da economia goiana, abrindo novos mercados, atraindo investimentos e agregando valor à produção.

Propósito

Transformar crescimento econômico em prosperidade compartilhada, trabalho, renda e oportunidades em todas as regiões.

EIXO III - TERRITÓRIO

Integração Territorial e Desenvolvimento Sustentável

Aproximar pessoas, regiões e oportunidades

O desenvolvimento precisa chegar a todas as regiões de Goiás, respeitando suas diferenças e fortalecendo suas potencialidades.

Infraestrutura conecta pessoas, empresas, serviços e oportunidades. Também sustenta a produção, reduz custos, amplia a competitividade e cria condições para a atração de novos investimentos.

Rodovias, logística, mobilidade, saneamento, conectividade e infraestrutura urbana são fundamentais para reduzir distâncias facilitar o escoamento da produção, melhorar o acesso aos serviços públicos e ampliar oportunidades.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do território deverá considerar a proteção dos recursos hídricos, do Cerrado, da biodiversidade e dos demais recursos naturais, conciliando infraestrutura, produção, qualidade de vida e sustentabilidade. Nesse contexto, a ampliação do uso de fontes de energia limpa e renovável deverá integrar a estratégia de desenvolvimento do Estado, contribuindo para a competitividade da economia, a atração de novos investimentos e o uso responsável dos recursos naturais.

O Estado deverá reconhecer as diferentes vocações e necessidades de suas regiões e apoiar estratégias de desenvolvimento capazes de aproveitar seus potenciais econômicos, sociais e ambientais. Isso significa criar condições para que cada região avance a partir de suas próprias características, fortalecendo atividades já consolidadas e estimulando novas possibilidades de desenvolvimento, emprego e renda.

Este eixo reúne infraestrutura, logística, mobilidade, saneamento, conectividade, desenvolvimento urbano e regional, recursos hídricos, energia limpa e renovável e sustentabilidade ambiental, integrando investimentos públicos, desenvolvimento econômico e planejamento territorial.

Propósito

Conectar Goiás, reduzir distâncias e desigualdades territoriais e levar oportunidades a todas as regiões do Estado.

EIXO IV - GOVERNO

Governança Ágil, Inteligente e Transparente

Fazer o Estado funcionar melhor

Boas políticas dependem da capacidade do Governo de planejá-las, executá-las com eficiência, acompanhar seus resultados e corrigir problemas durante sua implementação.

Este eixo reúne simplificação administrativa, transformação digital, dados, inteligência artificial, valorização dos servidores, integridade, eficiência, transparência e responsabilidade com os recursos públicos.

O objetivo será tornar o Governo mais simples para o cidadão e mais integrado por dentro. Isso significa reduzir burocracia, eliminar etapas desnecessárias, integrar serviços e facilitar o acesso da população ao Estado, utilizando a tecnologia para tornar o atendimento mais rápido, simples e eficiente.

Tecnologia deverá reduzir burocracia. A transformação digital deverá estar a serviço das pessoas. Tecnologia, dados e inteligência artificial deverão ser utilizados para melhorar a gestão, antecipar necessidades, apoiar decisões e ampliar a qualidade dos serviços públicos.

Dados deverão melhorar decisões.

Servidores deverão possuir condições e competências para prestar melhores serviços. A valorização dos servidores será parte fundamental desse processo, com qualificação permanente, melhores condições para o exercício de suas funções e desenvolvimento das competências necessárias para uma administração pública cada vez mais moderna e eficiente.

Integridade, transparência e responsabilidade na aplicação dos recursos públicos deverão orientar todas as áreas do Governo, fortalecendo os mecanismos de controle, a prestação de contas e a confiança da sociedade na administração pública.

A modernização da gestão ampliará a capacidade do Estado de acompanhar resultados, avaliar políticas públicas e direcionar recursos para ações que efetivamente produzam melhores resultados para a população.

Propósito

Fazer do Estado um instrumento eficiente, íntegro e inovador a serviço da sociedade.

GOIÁS DE TODOS — LEGADO QUE INOVA
Plano de Governo 2027-2030

EIXO I PESSOAS Desenvolvimento Humano Integral	EIXO II PROSPERIDADE Economia Verde, Digital e Competitiva	EIXO III TERRITÓRIO Integração Territorial e Desenvolvimento Sustentável	EIXO IV GOVERNO Governança Ágil, Inteligente e Transparente
4.1 1-6 Educação, Ciência e Tecnologia	4.4 19-24 Desenvolvimento Econômico e Trabalho	4.6 31-35 Infraestrutura, Logística e Desenvolvimento Regional	4.10 51-55 Governança e Gestão Pública
4.2 7-12 Saúde	4.5 25-30 Agronegócio, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural	4.7 36-40 Meio Ambiente	
4.3 13-18 Segurança Pública			
4.8 41-45 Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania			
4.9 46-50 Cultura, Esporte e Turismo			
28 compromissos	12 compromissos	10 compromissos	5 compromissos

55 COMPROMISSOS 2027-2030

+ Pacto com os 246 Municípios · Responsabilidade Fiscal, Resultados e Transparência

4. Áreas Temáticas 2027–2030

Os quatro eixos estratégicos orientam transversalmente o projeto de Governo. Para transformar essas direções em políticas e propostas concretas, o Plano está organizado em dez áreas temáticas, que reúnem 55 compromissos para o período de 2027 a 2030. As áreas dialogam entre si e podem contribuir simultaneamente para mais de um eixo, refletindo a natureza integrada dos desafios do desenvolvimento de Goiás.

4.1 Educação, Ciência e Tecnologia →

4.2 Saúde →

4.3 Segurança Pública →

4.4 Desenvolvimento Econômico e Trabalho →

4.5 Agronegócio, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural →

4.6 Infraestrutura, Logística e Desenvolvimento Regional →

4.7 Meio Ambiente →

4.8 Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania →

4.9 Cultura, Esporte e Turismo →

4.10 Governança e Gestão Pública →

4.1 Educação, Ciência e Tecnologia

Aprender para transformar vidas

O desafio

A educação é uma das principais bases do desenvolvimento humano, econômico e social de Goiás. O desafio do próximo ciclo não será apenas garantir acesso à escola, mas assegurar que crianças e jovens aprendam efetivamente, reduzindo desigualdades e preparando-se para uma sociedade marcada por rápidas transformações tecnológicas, científicas e profissionais.

Isso exige atenção especial à alfabetização, à recomposição das aprendizagens, à qualidade do ensino, à valorização dos trabalhadores da educação e à modernização das escolas. Exige também fortalecer a educação profissional e a Universidade Estadual de Goiás, aproximando educação, pesquisa, inovação e desenvolvimento regional.

A tecnologia deverá contribuir para ampliar oportunidades de aprendizagem, sem substituir o papel essencial do professor. E a expansão educacional deverá ser acompanhada de inclusão, acessibilidade e atenção às diferentes realidades dos estudantes e dos territórios.

Nossa direção para 2030

Queremos consolidar em Goiás uma educação pública de qualidade, inclusiva, inovadora e capaz de garantir aprendizagem e preparar nossos estudantes para os desafios do presente e do futuro.

Até 2030, o Estado deverá avançar na alfabetização, na aprendizagem em todas as etapas, na educação em tempo integral, na valorização dos profissionais, na modernização pedagógica e tecnológica das escolas e na integração entre educação e oportunidades profissionais.

A tecnologia será incorporada ao processo educacional como instrumento de aprendizagem, inclusão e preparação para uma realidade cada vez mais digital, sem perder de vista o papel fundamental dos professores e da escola na formação dos estudantes.

A UEG deverá ser fortalecida como universidade pública estratégica para a formação, a pesquisa, a inovação e o desenvolvimento das diferentes regiões do Estado.

Nossa prioridade será simples: fazer com que cada estudante tenha melhores condições para aprender, desenvolver suas capacidades e construir seu futuro.

1 Fazer da aprendizagem e da alfabetização uma prioridade permanente

Garantir que toda criança seja alfabetizada na idade adequada e que todos os estudantes tenham condições efetivas de aprender e avançar em sua trajetória escolar. O Estado fortalecerá as políticas de alfabetização, recomposição das aprendizagens e acompanhamento individual dos estudantes, com atenção especial às dificuldades acumuladas ao longo da vida escolar.

Serão estabelecidas metas objetivas e progressivas de melhoria do IDEB e dos níveis de proficiência dos estudantes, com acompanhamento permanente dos resultados das escolas e da rede estadual, especialmente em Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. A avaliação educacional será utilizada como instrumento de gestão e de apoio às escolas, permitindo identificar dificuldades, orientar intervenções pedagógicas e concentrar esforços onde os desafios forem maiores.

O Governo enfrentará de forma sistemática as distorções idade/série e as defasagens de aprendizagem, por meio de estratégias de recuperação, acompanhamento e correção de fluxo, buscando assegurar que os estudantes permaneçam na escola, aprendam na idade adequada e concluam cada etapa da educação básica com as competências esperadas.

A melhoria dos indicadores educacionais será tratada como compromisso permanente de Governo, combinando metas, acompanhamento, apoio pedagógico às escolas e transparência dos resultados, sem reduzir a qualidade da educação ao desempenho em avaliações.

2 Ampliar a educação em tempo integral com qualidade

Expandir progressivamente a oferta de educação em tempo integral, considerando a demanda das famílias, a estrutura das unidades escolares e as necessidades de cada região assegurando que a ampliação do tempo de permanência na escola esteja associada à qualidade do ensino e a uma proposta pedagógica consistente.

A educação integral deverá articular a aprendizagem com atividades culturais, esportivas, científicas e tecnológicas, contribuindo para o desenvolvimento das capacidades, habilidades e potencialidades dos estudantes.

A expansão deverá ser planejada para garantir estrutura adequada, profissionais preparados e atividades que façam do tempo adicional na escola uma oportunidade efetiva de aprendizagem e desenvolvimento.

3 Valorizar os profissionais da educação

A qualidade da educação depende, antes de tudo, de profissionais valorizados, preparados e reconhecidos. O Governo retomará uma política permanente de valorização dos profissionais da educação, fortalecendo as carreiras, a formação continuada, o desenvolvimento profissional e as condições adequadas de trabalho nas escolas da rede estadual.

Serão realizados concursos públicos para recompor e fortalecer os quadros da educação, de acordo com as necessidades da rede, assegurando profissionais em número adequado para o funcionamento das escolas e para a expansão e melhoria dos serviços educacionais.

Será retomada a titularidade dos professores, reconhecendo a formação, a qualificação e o aperfeiçoamento profissional como dimensões da valorização da carreira docente. A política de desenvolvimento profissional será articulada à formação continuada e à evolução na carreira, estimulando o aprimoramento permanente e reconhecendo o esforço de quem investe em sua qualificação.

A valorização dos profissionais da educação será tratada como condição essencial para melhorar a aprendizagem, fortalecer as escolas e reconstruir uma relação de respeito, diálogo e confiança entre o Estado e aqueles que fazem a educação pública de Goiás todos os dias.

4 Preparar as escolas para o futuro

Modernizar progressivamente a infraestrutura física, pedagógica e tecnológica das escolas estaduais, ampliando conectividade, acesso a recursos digitais e ambientes adequados às novas formas de ensinar e aprender. Nesse processo, será retomado e ampliado o modelo das Escolas Século XXI, combinando qualidade da infraestrutura, inovação pedagógica, tecnologia e melhores condições para estudantes e profissionais da educação.

Tecnologia, ciência, robótica, programação, recursos digitais e inteligência artificial poderão ser utilizados com responsabilidade para ampliar possibilidades de aprendizagem, desenvolver novas competências e apoiar professores e estudantes.

A modernização tecnológica terá finalidade pedagógica: a tecnologia deverá servir à aprendizagem, e não substituir a relação entre professor e estudante.

O Estado também ampliará a oferta de escolas militares, de forma planejada e de acordo com a demanda e as necessidades da rede, assegurando às famílias diferentes alternativas dentro da educação pública estadual.

5 Conectar educação técnica e profissional às oportunidades de cada região

Fortalecer e ampliar a rede estadual de educação profissional e tecnológica, aproximando a formação das vocações econômicas, das oportunidades de trabalho e das transformações tecnológicas de cada região de Goiás.

O Estado fortalecerá a experiência dos ITEGOs e COTECs, ampliando e modernizando essa rede e consolidando a Escola do Futuro como referência estadual de educação profissional, tecnológica e inovação. A oferta de cursos será planejada de acordo com as potencialidades regionais e as necessidades do mundo do trabalho, articulando formação técnica, novas tecnologias, empreendedorismo e desenvolvimento regional.

Serão fortalecidas as parcerias com empresas, instituições de ensino, setor produtivo e demais organizações capazes de ampliar oportunidades de formação prática e inserção profissional, criando caminhos mais efetivos entre educação, qualificação e trabalho.

No ensino médio, será criado o Programa Aluno Empregado, destinado a aproximar os jovens do mundo do trabalho e ampliar oportunidades de primeira experiência profissional, de forma compatível com a permanência e o desempenho escolar. O programa será também instrumento de enfrentamento à evasão, oferecendo aos estudantes perspectivas concretas de continuidade dos estudos, qualificação e construção de seus projetos de vida.

6 Fortalecer a Universidade Estadual de Goiás

Fortalecer a UEG/Universidade Estadual de Goiás como patrimônio dos goianos e instituição estratégica para a formação de profissionais, a produção de conhecimento, a pesquisa, a extensão, a inovação e o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Será restabelecida a vinculação constitucional de 2% da receita destinada à UEG, assegurando uma base estável de financiamento para que a Universidade possa planejar seu desenvolvimento, fortalecer sua autonomia e ampliar a qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

A presença da UEG no território goiano será fortalecida com a ampliação de suas unidades e da oferta de cursos, considerando as necessidades da população, as vocações e potencialidades das diferentes regiões e as transformações econômicas, sociais, científicas e tecnológicas em curso.

A Universidade será estimulada a ampliar sua integração com os municípios, o setor produtivo, instituições científicas e tecnológicas e demais atores do desenvolvimento regional, fortalecendo sua capacidade de produzir conhecimento, formar pessoas e contribuir para soluções destinadas aos desafios de Goiás.

O compromisso com a educação

A educação será tratada como política de Estado.

Novas iniciativas deverão caminhar ao lado da continuidade e do aperfeiçoamento das políticas que apresentam bons resultados, garantindo qualidade, planejamento e capacidade de avançar de forma permanente.

As políticas educacionais serão avaliadas continuamente, permitindo identificar avanços, necessidades de aprimoramento e situações que exijam atenção específica, com decisões orientadas por evidências e pelos resultados alcançados pelos estudantes.

Ao final, o sucesso da educação deve ser medido, sobretudo, pela aprendizagem dos estudantes, pela qualidade da formação e pelas oportunidades que a educação pública é capaz de gerar para que cada pessoa desenvolva suas capacidades, faça suas escolhas e construa seu futuro.

4.2 Saúde

Saúde no Tempo Certo

O desafio

Goiás avançou na estruturação e regionalização de sua rede de saúde, mas o acesso aos serviços especializados ainda representa um dos principais desafios enfrentados pela população. Para quem precisa de uma consulta, exame, cirurgia ou tratamento, a qualidade do sistema não é medida apenas pela existência do serviço, mas também pela capacidade de recebê-lo no tempo necessário e sem deslocamentos excessivos.

Filas, demora, dificuldades na regulação e falta de integração entre os diferentes pontos da rede prolongam a espera, podem agravar condições de saúde e aumentar custos para as famílias e para o próprio sistema público.

Ao mesmo tempo, mudanças demográficas e epidemiológicas ampliam a demanda por cuidados relacionados a doenças crônicas, saúde mental, atenção materno-infantil, envelhecimento e outras necessidades que exigem acompanhamento contínuo.

O desafio será, portanto, acabar com a espera prolongada, reorganizar a regulação, ampliar a capacidade de atendimento e fazer com que os diferentes serviços da rede funcionem de forma mais integrada, aproximando o cuidado das pessoas e garantindo maior continuidade no atendimento.

Nossa direção para 2030

Queremos construir uma saúde pública mais próxima, integrada, humanizada e resolutiva, capaz de cuidar das pessoas no momento em que precisam.

A regionalização continuará sendo uma das bases dessa estratégia. O objetivo será fortalecer a capacidade de atendimento nas diferentes regiões, reduzir deslocamentos desnecessários e garantir um acesso mais célere e organizado aos serviços especializados.

Para isso, os fluxos de regulação deverão ser aprimorados e melhor articulados entre os diferentes pontos da rede, reduzindo etapas e tornando mais eficiente o encaminhamento dos pacientes.

Nos casos de urgência, quando não houver disponibilidade de atendimento na rede pública, o Estado deverá utilizar, de forma complementar, a capacidade da rede privada de saúde, para que a ausência de vaga não impeça ou retarde o cuidado necessário.

A tecnologia e a integração das informações deverão facilitar o percurso do paciente na rede e dar mais segurança e continuidade ao atendimento. A prevenção e o acompanhamento contínuo deverão contribuir para identificar riscos, evitar agravamentos e reduzir internações desnecessárias.

Nossa direção pode ser sintetizada em um princípio:

Saúde no Tempo Certo: menos espera, menos peregrinação e mais cuidado perto das pessoas.

7 Reduzir filas e tempos de espera - Saúde no Tempo Certo

Implantar uma política permanente para acabar com as filas e a espera prolongada para consultas, exames e cirurgias, utilizando critérios claros de prioridade e acompanhando continuamente a demanda e a capacidade de atendimento.

Será implantado um painel integrado de controle e monitoramento 24 horas, reunindo informações sobre demanda, tempos de espera, capacidade de atendimento e utilização dos serviços de saúde. O acompanhamento permanente permitirá identificar gargalos, antecipar problemas e orientar decisões para que os recursos e serviços disponíveis sejam direcionados às necessidades mais urgentes da população.

A gestão das demandas por atendimento de saúde será integrada à regulação estadual e regional, com critérios transparentes de prioridade, acompanhamento dos pacientes e melhor articulação entre unidades estaduais, municipais e rede complementar.

O cidadão poderá acompanhar sua situação, com informações claras sobre o andamento de seu atendimento, respeitados os critérios clínicos e a proteção dos dados pessoais.

O Estado deverá ampliar e utilizar melhor a capacidade da rede pública e, quando necessário, recorrer de forma complementar à rede privada inclusive para atender demandas acumuladas. Nos casos de urgência em que não houver vaga disponível na rede pública, a regulação deverá acionar a capacidade complementar, evitando que a falta de vaga retarde o cuidado necessário.

O objetivo será organizar o acesso de forma contínua, acabar com a espera prolongada e garantir respostas mais rápidas às necessidades da população.

8 Fortalecer a regionalização e levar a saúde para mais perto das pessoas

Fortalecer a rede regional de saúde para que as necessidades da população sejam atendidas perto de onde as pessoas vivem.

A rede deverá ser organizada para priorizar o atendimento na própria região, com fluxos bem definidos e melhor integração entre os serviços, qualificando os encaminhamentos e evitando deslocamentos que possam ser resolvidos dentro da própria rede regional.

Quando o serviço necessário ou a vaga não estiver disponível na região, a regulação deverá identificar a alternativa adequada mais próxima, considerando a necessidade do paciente e a capacidade de atendimento da rede.

O fortalecimento da regionalização deverá considerar os serviços já existentes e as necessidades de ampliação da oferta, especialmente na média complexidade, aumentando a capacidade de atendimento nas diferentes regiões do Estado.

Quando o deslocamento for necessário, o Estado deverá, em articulação com os municípios, aperfeiçoar o transporte sanitário e sua integração com a rede de saúde, buscando tornar esse deslocamento mais organizado e seguro para pacientes e suas famílias.

A política de regionalização deverá considerar também regiões com características e fluxos de atendimento específicos. No Entorno do Distrito Federal, o Governo buscará fortalecer a rede goiana e ampliar a articulação com o Distrito Federal e a União para melhorar a organização do atendimento e o acesso da população aos serviços de saúde.

O objetivo será aproximar o atendimento das pessoas e garantir que, quando houver necessidade de encaminhamento, o paciente seja direcionado de forma organizada ao serviço adequado mais próximo.

9 Integrar a rede e transformar a regulação do acesso

Aprimorar a integração entre atenção primária, serviços especializados, hospitais e demais pontos da rede, em cooperação com os municípios, para que o paciente encontre um percurso mais organizado dentro do SUS.

O Estado promoverá uma profunda reorganização da regulação estadual e regional, integrando consultas, exames, internações, cirurgias e demais procedimentos e reduzindo a fragmentação entre os diferentes pontos da rede. A regulação deverá utilizar critérios clínicos, informações atualizadas sobre demanda, capacidade de atendimento e fluxos regionais mais eficientes para direcionar cada paciente ao serviço adequado, no menor tempo possível e mais próximo de onde vive.

A rede de urgência e emergência deverá funcionar de forma cada vez mais integrada, articulando atendimento pré-hospitalar, unidades de urgência, regulação, hospitais e leitos de referência, para dar maior agilidade ao atendimento e evitar transferências desnecessárias e interrupções no cuidado.

A integração dos sistemas de informação deverá permitir o acesso seguro às informações necessárias nos diferentes pontos da rede, evitando procedimentos desnecessários e dando mais agilidade e continuidade ao atendimento.

Para ampliar a capacidade assistencial e enfrentar situações em que a oferta disponível seja insuficiente, será criada a Tabela SES, como instrumento estadual de complementação dos valores de referência do SUS para serviços e procedimentos definidos como prioritários. A complementação estadual será utilizada de forma planejada para ampliar a oferta, fortalecer a capacidade de atendimento da rede e contribuir para acabar com as filas e esperas prolongadas.

O objetivo será fazer da regulação um instrumento efetivo de organização do acesso, capaz de conhecer permanentemente as necessidades da população e a capacidade da rede e de mobilizar os serviços necessários para que cada paciente receba o atendimento adequado no tempo certo.

10 Ampliar a saúde digital e a continuidade do cuidado

Ampliar o uso de telessaúde, teleconsultas, telelaudos e outras soluções digitais que permitam aproximar especialistas dos pacientes e apoiar profissionais de saúde em diferentes regiões do Estado.

A saúde digital deverá contribuir para ampliar o acesso à orientação especializada, apoiar diagnósticos e acompanhamentos e dar maior continuidade ao atendimento, especialmente quando a distância representar uma dificuldade para o acesso aos serviços.

A tecnologia deverá complementar o atendimento presencial quando adequada às necessidades do paciente e capaz de ampliar o acesso e a qualidade da assistência, preservando a relação entre profissionais de saúde e pacientes.

11 Fortalecer a prevenção e as linhas prioritárias de cuidado

Fortalecer a prevenção e organizar linhas prioritárias de cuidado para os principais desafios de saúde da população, garantindo acompanhamento contínuo, diagnóstico oportuno e integração entre atenção básica, serviços especializados e hospitais.

Serão fortalecidas as políticas de atenção à saúde da mulher, gestantes, mães e crianças, com prioridade à saúde materno-infantil e à primeira infância. Nesse contexto, será implantada a Sala Zilda Arns, como instrumento de acompanhamento e articulação das ações voltadas à atenção materno-infantil e ao desenvolvimento integral das crianças, com sua estrutura e funcionamento integrados à rede estadual de saúde.

A atenção às crianças e adolescentes neurodivergentes receberá tratamento prioritário. Será implantado o Hospital Estadual de Neurodesenvolvimento e Saúde Mental Infantojuvenil, como referência especializada para diagnóstico, tratamento, acompanhamento e apoio às famílias, integrado às demais estruturas do SUS.

Essa política terá presença em todo o território goiano, com pontos de atendimento e referência nos municípios, articulados aos serviços regionais e ao Hospital Estadual, formando uma rede capaz de identificar precocemente necessidades relacionadas ao autismo, ao neurodesenvolvimento e à saúde mental infantojuvenil, orientar as famílias e assegurar continuidade do cuidado.

A assistência farmacêutica será fortalecida, com atenção especial à garantia de acesso a medicamentos de alto custo e aos tratamentos de uso contínuo. Será retomado o Remédios em Casa, ampliando a entrega domiciliar de medicamentos para públicos e tratamentos definidos pela política estadual, especialmente nos casos em que a continuidade terapêutica e as condições do paciente recomendem esse atendimento.

As demais linhas prioritárias de cuidado já estabelecidas pelo Estado serão fortalecidas de forma integrada à prevenção, à atenção primária, à assistência especializada e à rede hospitalar, buscando assegurar cuidado contínuo e atendimento mais próximo das pessoas.

Na perspectiva da Saúde Única, o Estado deverá atuar, em cooperação com os municípios e organizações da sociedade, na prevenção e controle de zoonoses, promoção da saúde e do bem-estar animal e apoio a iniciativas de acesso a serviços veterinários de interesse social.

Será retomado e fortalecido o GEED/Grupo Especial de Enfrentamento às Drogas, articulando ações de prevenção ao uso de drogas, atenção, cuidado e tratamento das pessoas com dependência e apoio às famílias, em integração com as redes de saúde e proteção social.

O objetivo será fortalecer uma rede que atue desde a prevenção e a identificação de riscos até o diagnóstico, o tratamento e o acompanhamento, garantindo cuidado contínuo e adequado às diferentes necessidades da população.

12 Valorizar e qualificar os profissionais da saúde

Valorizar os profissionais da saúde e fortalecer as equipes responsáveis pelo funcionamento da rede estadual, reconhecendo seu papel essencial na qualidade e na humanização do atendimento e assegurando condições adequadas para o exercício de suas funções.

A composição das equipes e a escolha dos profissionais para funções assistenciais e de gestão deverão observar critérios técnicos compatíveis com as responsabilidades de cada função, considerando qualificação, habilitação e experiência, de forma a fortalecer a segurança e a qualidade do atendimento.

O Estado deverá investir em formação, qualificação e educação permanente, ampliando a preparação das equipes para o uso de novas tecnologias, a evolução das práticas de cuidado e para as diferentes necessidades da população.

A política de pessoal deverá considerar as necessidades das diferentes regiões e especialidades, buscando fortalecer a atração e a permanência de profissionais onde houver maior necessidade, garantindo equipes adequadas ao funcionamento e à ampliação dos serviços.

Serão realizados concursos públicos para recompor e fortalecer os quadros da saúde, de acordo com as necessidades da rede estadual e da expansão dos serviços, buscando assegurar equipes em quantidade e composição adequadas ao funcionamento das unidades e à qualidade da assistência.

A organização das equipes, dos processos de trabalho deverá contribuir para uma rede mais eficiente, com melhores condições para o exercício profissional e mais tempo dedicado ao atendimento e ao cuidado das pessoas.

Valorizar quem cuida será parte essencial da construção de uma saúde pública mais próxima, resolutiva e capaz de atender no tempo certo.

O compromisso com a saúde

Nosso compromisso será fazer com que a estrutura e os recursos destinados à saúde se transformem cada vez mais em acesso efetivo e cuidado para as pessoas.

Unidades, equipamentos, tecnologia e investimentos precisam se traduzir em atendimento. O resultado deverá ser percebido pelo cidadão na eliminação da espera prolongada, na continuidade do tratamento e na possibilidade de receber uma parcela cada vez maior dos cuidados de que necessita próximo de onde vive.

A organização da saúde pública deverá considerar as necessidades das pessoas e garantir um caminho mais simples, seguro e eficiente entre a busca pelo atendimento e o cuidado necessário.

Os serviços de unidades estaduais de saúde executados por Organizações Sociais serão revistos e aprimorados, fortalecendo mecanismos de governança, transparência, controle, avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados à população.

Por isso, ao final de 2030, uma questão deverá orientar a avaliação dos resultados alcançados: as pessoas estão conseguindo receber o cuidado de que precisam, no tempo adequado e mais perto de onde vivem?

Essa será a medida essencial da Saúde no Tempo Certo.

4.3 Segurança Pública

Proteger a vida, garantir a liberdade e enfrentar as novas formas de criminalidade

O desafio

A segurança pública é uma das responsabilidades essenciais do Estado e condição para que as pessoas possam viver, trabalhar, estudar, empreender e exercer plenamente sua liberdade.

Goiás precisa preservar os avanços alcançados no enfrentamento da criminalidade e, ao mesmo tempo, estar preparado para desafios que se tornam cada vez mais complexos, como a atuação do crime organizado, o avanço dos crimes cibernéticos e das fraudes digitais e as diferentes formas de violência que exigem atenção e respostas especializadas.

Essas mudanças exigem maior capacidade de prevenção, investigação e resposta rápida, com integração das forças de segurança, inteligência, tecnologia e presença adequada às diferentes realidades do Estado.

Enfrentar esses desafios exige instituições fortalecidas, profissionais valorizados e capacidade permanente de adaptação às novas formas de criminalidade.

O desafio será avançar além do que já foi alcançado, ampliando a segurança pública para proteger a vida, a liberdade e o patrimônio das pessoas.

Nossa direção para 2030

Queremos consolidar Goiás como um Estado cada vez mais seguro para viver, trabalhar, produzir e criar uma família.

A política de segurança deverá avançar na integração entre instituições, no uso responsável de dados e tecnologias, no fortalecimento da inteligência e da investigação e na capacidade de antecipar e responder às diferentes formas de criminalidade.

A atuação das forças de segurança deverá considerar as características de cada região e estar preparada para responder às diferentes necessidades das cidades e das áreas rurais, combinando planejamento, presença e capacidade de resposta rápida.

As forças estaduais deverão contar com profissionais preparados, valorizados e adequadamente equipados para cumprir suas missões constitucionais, com estrutura e tecnologia compatíveis com os desafios da segurança pública.

A prevenção e a proteção das pessoas também deverão orientar a atuação do Estado, com atenção às situações de violência que exigem resposta rápida, especializada e integrada.

Nossa direção será:

proteger a vida em primeiro lugar, garantindo segurança, liberdade e proteção ao patrimônio com forças preparadas, presentes e capazes de responder aos desafios de cada região de Goiás.

13 Proteger a vida e reduzir a violência

Orientar a política estadual de segurança para a proteção da vida, prevenção da violência e redução dos crimes que mais afetam a população, utilizando informações e análise territorial para direcionar recursos e estratégias.

A prevenção deverá ocupar papel permanente na política de segurança, com ações voltadas à identificação antecipada de riscos, presença qualificada e atuação integrada para evitar que situações de violência ocorram ou se agravem.

O acompanhamento permanente dos indicadores de segurança permitirá respostas mais rápidas e estratégias adequadas às diferentes realidades, ampliando a capacidade de atuação diante das situações que exijam intervenção do Estado.

A atuação deverá considerar as características de cada região, identificar concentrações de violência e permitir respostas adequadas aos diferentes problemas de segurança.

A prioridade será proteger as pessoas e preservar o direito de viver com liberdade e segurança.

14 Fortalecer a inteligência e a integração no combate ao crime organizado

Ampliar a capacidade de inteligência das forças estaduais e fortalecer sua atuação integrada contra organizações criminosas, tráfico de drogas, crimes patrimoniais estruturados, lavagem de dinheiro e outras atividades ilícitas de maior complexidade.

O enfrentamento ao crime organizado deverá alcançar não apenas seus integrantes, mas também suas estruturas financeiras, logísticas e patrimoniais, fortalecendo a investigação financeira e a cooperação com instituições estaduais e federais.

Será fortalecido o Comando de Operações de Divisas, ampliando a capacidade de inteligência, fiscalização e operações nas áreas estratégicas de entrada e saída do Estado e reforçando a atuação contra o tráfico de drogas e armas, circulação de produtos ilícitos e outras modalidades de criminalidade interestadual e organizada.

A atuação integrada deverá envolver outras áreas do Governo sempre que suas competências e informações puderem contribuir para a prevenção, identificação e enfrentamento de atividades criminosas, permitindo respostas rápidas e coordenadas do Estado, observados os limites legais e a proteção dos dados.

A integração entre as forças e instituições de segurança deverá respeitar as atribuições legais de cada instituição e utilizar a complementaridade de suas capacidades para produzir respostas mais eficientes.

15 Fortalecer a investigação, a perícia e a produção da prova

Modernizar e fortalecer a Polícia Civil e a Polícia Científica, ampliando as capacidades de investigação, perícia, análise criminal e tratamento de evidências físicas e digitais.

A incorporação de tecnologia deverá contribuir para dar maior agilidade e precisão às investigações e aos exames periciais, fortalecendo a qualidade técnica das provas e a capacidade de esclarecimento dos crimes.

A integração entre investigação, inteligência e perícia deverá ser aprimorada, preservadas as atribuições de cada instituição, para tornar mais eficiente a apuração dos fatos e a produção da prova.

Investir nessas estruturas significa aumentar a capacidade do Estado de identificar responsáveis, esclarecer crimes e fornecer ao sistema de justiça elementos técnicos consistentes para a responsabilização de seus autores, contribuindo para maior efetividade da justiça.

16 Garantir segurança em todas as cidades e no campo

Garantir presença efetiva das forças de segurança em todo o território goiano, fortalecendo o policiamento nas cidades, no campo, nas regiões de divisa e nos territórios que hoje apresentam maior deficiência de efetivo e cobertura policial.

Serão realizados concursos públicos para recompor e ampliar os efetivos das forças de segurança, de acordo com as necessidades operacionais e territoriais do Estado, permitindo recuperar gradualmente a capacidade de presença permanente das instituições de segurança nos municípios.

O Governo trabalhará para assegurar presença policial efetiva em todos os municípios goianos, enfrentando situações de localidades sem efetivo permanente e adotando critérios de distribuição que considerem população, território, indicadores de criminalidade, vulnerabilidades locais e necessidades de resposta.

Será também recomposta e fortalecida a presença policial nas regiões de divisa, com efetivos e capacidade operacional compatíveis com sua importância estratégica, em articulação com o fortalecimento do Comando de Operações de Divisas e com as ações de inteligência e integração previstas para o enfrentamento da criminalidade organizada.

No meio rural, serão fortalecidas as estratégias de policiamento e proteção das propriedades, das comunidades e das atividades produtivas, considerando as distâncias, as características territoriais e as necessidades específicas de cada região.

As Regiões Metropolitanas deverão receber atenção compatível com sua concentração populacional, seus fluxos urbanos e a complexidade das ocorrências, com estratégias capazes de identificar áreas de maior risco e impedir o avanço territorial de organizações criminosas.

Nas cidades, a atuação deverá combinar presença, prevenção, inteligência e resposta rápida, direcionando esforços de acordo com os indicadores de segurança e as necessidades identificadas em cada região, para que a proteção alcance também as áreas mais expostas à violência.

Nas rodovias, deverá contribuir para segurança das pessoas, fiscalização e enfrentamento às rotas utilizadas para atividades criminosas.

Nas áreas rurais, a atuação deverá considerar as grandes distâncias e as características da atividade produtiva, fortalecendo o policiamento especializado e ampliando o uso de inteligência, tecnologia e georreferenciamento para proteger as pessoas, as propriedades e o patrimônio produtivo, com atenção aos crimes contra máquinas, equipamentos, rebanhos e outros bens utilizados na produção.

O objetivo será assegurar que a segurança pública esteja efetivamente presente em todo o Estado, reduzindo desigualdades territoriais de atendimento e garantindo maior capacidade de prevenção e resposta onde as pessoas vivem e trabalham.

17 Ampliar a proteção diante das violências e das novas formas de crime

Fortalecer a prevenção e a resposta especializada à violência contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos e outras pessoas em situação de vulnerabilidade, articulando a segurança pública, quando necessário, com as redes de saúde, assistência social e proteção de direitos.

A atuação integrada deverá fortalecer a capacidade do Estado de identificar situações de risco desde os primeiros sinais, acionar os mecanismos de proteção e adotar as providências necessárias antes que a violência se agrave.

As situações de maior risco deverão receber acompanhamento contínuo, com mecanismos que permitam identificar reincidências, descumprimentos de medidas protetivas e outros fatores que indiquem agravamento do risco, orientando uma atuação rápida e adequada do Estado.

Na violência contra a mulher, deverão ser fortalecidos e ampliados o atendimento especializado e a cobertura das Delegacias Especializadas, de acordo com as necessidades das diferentes regiões, garantindo maior acesso à proteção, à investigação e ao acompanhamento das ocorrências.

A integração entre as diferentes áreas permitirá que informações relevantes para a proteção da vítima sejam consideradas na avaliação do risco e na definição das medidas necessárias, observados os limites legais e a proteção dos dados pessoais.

A segurança pública deverá estar preparada também para as novas formas de criminalidade, ampliando a capacidade de prevenir, investigar e enfrentar crimes cibernéticos, golpes e fraudes digitais que atingem cidadãos, empresas e instituições.

O objetivo será fortalecer a capacidade do Estado de responder tanto às formas persistentes de violência quanto aos crimes que surgem e se transformam com as mudanças da sociedade e da tecnologia.

18 Valorizar e proteger os profissionais da segurança pública

Valorizar os profissionais da segurança pública, reconhecendo a importância de quem dedica sua vida à proteção da população e assegurando condições adequadas de trabalho, desenvolvimento profissional, proteção institucional e perspectivas de carreira.

Serão revistos e aperfeiçoados os critérios de promoção e progressão nas carreiras da segurança pública, buscando maior justiça, previsibilidade e reconhecimento da experiência, do mérito, da qualificação e do desenvolvimento profissional, com correção de distorções que dificultem a evolução funcional.

O Governo adotará uma política permanente de valorização remuneratória, com atenção ao cumprimento das datas-base e à preservação dos direitos das diferentes carreiras da segurança, de forma responsável e compatível com a capacidade financeira do Estado.

Será assegurado tratamento justo aos servidores da ativa, aposentados e pensionistas, com revisão das situações que tenham produzido perda de isonomia, paridade ou diferenciações remuneratórias injustificadas, observados os direitos e regimes jurídicos aplicáveis a cada carreira.

A valorização compreenderá também condições adequadas de trabalho, equipamentos, formação e qualificação permanentes, atenção à saúde física e mental e proteção dos profissionais diante dos riscos inerentes às atividades de segurança pública.

Policiais militares, policiais civis, bombeiros militares, policiais penais, profissionais da Polícia Científica e demais servidores que integram o sistema de segurança e defesa social desempenham funções essenciais e deverão contar com condições adequadas, suporte e proteção compatíveis com os riscos e as responsabilidades de suas atividades.

Cuidar de quem protege também é uma política de segurança pública.

O compromisso com a segurança

Segurança pública exige continuidade.

Resultados construídos ao longo do tempo precisam ser preservados e aperfeiçoados, ao mesmo tempo em que novas ameaças exigem atualização permanente das instituições.

O Estado deverá avançar a partir do que funciona, fortalecendo suas instituições, corrigindo fragilidades e ampliando a integração, a inteligência, a capacidade de prevenção e a resposta às diferentes formas de criminalidade.

A tecnologia deverá estar a serviço desse trabalho, ampliando a capacidade dos profissionais e das instituições para antecipar riscos, investigar crimes, proteger as pessoas e responder com maior eficiência às situações que exigem a atuação do Estado.

Acima de tudo, a segurança pública deverá ter a proteção da vida como prioridade e estar presente onde e quando as pessoas precisarem.

O resultado da política deverá ser percebido na vida cotidiana:

pessoas mais protegidas, instituições mais preparadas e um Estado capaz de responder às diferentes formas de violência e criminalidade.

Ao final de 2030, a pergunta orientar a avaliação dos resultados:

as pessoas estão mais protegidas e Goiás está mais preparado para prevenir e enfrentar a violência e as novas formas de criminalidade?

Essa será a medida essencial do nosso compromisso com a segurança pública.

4.4 Desenvolvimento Econômico e Trabalho

Crescer, inovar e transformar desenvolvimento em oportunidades

O desafio

Goiás construiu uma economia diversificada e ocupa posição relevante na produção agropecuária, na indústria, no comércio e nos serviços. O próximo desafio é transformar essa base econômica em mais produtividade, investimentos, inovação, empregos de qualidade e renda para a população, ampliando também a capacidade de agregar valor àquilo que o Estado produz.

A competição por investimentos tornou-se mais intensa. Empresas e empreendedores precisam de infraestrutura, trabalhadores qualificados, acesso à tecnologia, crédito, mercados e um ambiente institucional que ofereça segurança, previsibilidade e agilidade. Ao Estado caberá criar condições para que novos investimentos cheguem a Goiás e para que quem já produz e empreende aqui tenha condições de crescer, inovar e gerar novas oportunidades.

As transformações tecnológicas e as mudanças na produção e no consumo estão criando novos mercados, alterando profissões e exigindo maior capacidade de adaptação das empresas e dos trabalhadores. Pequenas empresas e empreendedores precisam ter condições de participar dessas mudanças, com políticas de incentivo e acesso ao crédito, incluindo o fortalecimento de instrumentos como o Banco do Povo, capazes de apoiar pequenos e microempreendedores. Trabalhadores precisam encontrar oportunidades de qualificação e requalificação compatíveis com as novas demandas do mercado.

Goiás também deverá estar preparado para aproveitar as oportunidades abertas pela economia digital, pela inteligência artificial, pela transição energética e por novas formas de produção, conectando inovação às vocações e à capacidade produtiva do Estado.

O desafio será, portanto, fazer Goiás produzir mais, agregar mais valor, atrair investimentos e abrir novas oportunidades de trabalho e renda, levando os benefícios do crescimento às diferentes regiões e à vida das pessoas.

Nossa direção para 2030

Queremos consolidar Goiás como um dos melhores Estados brasileiros para investir, produzir, empreender, inovar e trabalhar.

O Governo deverá atuar para simplificar o ambiente de negócios, atrair novos investimentos, fortalecer as empresas já instaladas, estimular a industrialização e a agregação de valor, apoiar pequenos negócios com instrumentos de incentivo e acesso ao crédito e aproximar qualificação profissional das oportunidades efetivamente existentes.

Ciência, tecnologia, inovação e transformação digital deverão contribuir para aumentar a produtividade, ampliar a competitividade da economia goiana e preparar empresas e trabalhadores para as transformações tecnológicas e produtivas.

O desenvolvimento deverá aproveitar as características e potencialidades de cada região, estimulando atividades capazes de gerar investimento, trabalho e renda e ampliando a participação das diferentes regiões no crescimento do Estado.

Nossa direção será:

transformar crescimento econômico em mais empregos, mais renda, mais inovação e melhores oportunidades para os goianos.

19 Tornar mais simples investir e empreender em Goiás

Avançar na simplificação, digitalização e integração dos procedimentos relacionados às atividades econômicas, reduzindo burocracia, exigências desnecessárias, tempo e custos para empresas e empreendedores.

O Estado deverá buscar maior previsibilidade, com procedimentos mais claros, prazos definidos e maior integração entre os órgãos envolvidos. Investidores e empreendedores deverão encontrar informações e orientações de forma mais simples e coordenada, desde a abertura do negócio até sua implantação e expansão.

Simplificar não significará reduzir controles necessários à proteção da sociedade e do meio ambiente. Significará eliminar redundâncias, evitar exigências repetidas e organizar melhor a atuação pública para que cumprir as regras seja mais simples, rápido e transparente.

20 Atrair novos investimentos e apoiar a expansão das empresas que já produzem em Goiás

Fortalecer a política estadual de atração de investimentos, identificando oportunidades compatíveis com as vocações e vantagens competitivas de Goiás e acompanhando os projetos desde a decisão de investir até sua efetiva implantação, com atenção também à expansão e ao adensamento das cadeias produtivas já existentes no Estado.

A estratégia deverá buscar novos investimentos capazes de ampliar a produtividade, a inovação e a agregação de valor à economia goiana, incluindo centros de processamento de dados (data centers), infraestrutura digital, novas tecnologias aplicadas à indústria e à produção, biotecnologia, energia limpa e empreendimentos relacionados à inteligência artificial e a outras atividades intensivas em conhecimento, inovação e tecnologia.

A mesma atenção deverá ser dedicada às empresas já instaladas no Estado, apoiando projetos de expansão, modernização e geração de novos empregos.

A política de investimentos deverá buscar conectar empreendimentos a fornecedores locais, trabalhadores qualificados, infraestrutura e municípios, fortalecendo cadeias produtivas, estimulando a geração de negócios no próprio Estado e ampliando os efeitos dos investimentos sobre o emprego e a renda.

A atração de investimentos deverá buscar também ampliar as etapas de produção realizadas em Goiás, agregando valor ao que o Estado já produz.

Diante das transformações introduzidas pela reforma tributária, Goiás defenderá a preservação da capacidade de desenvolvimento e de competição dos estados e o respeito aos incentivos como instrumentos de atração de investimentos e promoção do desenvolvimento regional.

O Estado assumirá papel ativo na articulação nacional com outros governos estaduais, o Congresso Nacional, o Governo Federal e os setores produtivos, defendendo os mecanismos de desenvolvimento regional e condições efetivas para que estados como Goiás continuem competindo por investimentos, industrialização, inovação e geração de empregos.

A política de atração de investimentos será orientada não apenas pela chegada de novos empreendimentos, mas também pelo fortalecimento das cadeias produtivas existentes, pela expansão das empresas já instaladas e pela geração de oportunidades nas diferentes regiões do Estado

21 Ampliar a industrialização e agregar mais valor ao que Goiás produz

Ampliar a industrialização e fazer com que Goiás agregue cada vez mais valor àquilo que produz, fortalecendo cadeias produtivas, estimulando novos investimentos industriais e criando condições para que matérias-primas e produtos goianos sejam cada vez mais transformados dentro do próprio Estado.

Goiás deverá aproveitar melhor sua capacidade produtiva para ampliar a industrialização em cadeias nas quais já possui vantagens competitivas, ao mesmo tempo em que deverá buscar novas oportunidades associadas à tecnologia, saúde, energia, bioeconomia e outras atividades com potencial de geração de valor e inovação.

A estratégia será aproximar produção, indústria, logística, inovação e mercados, ampliando e modernizando a infraestrutura necessária à atividade industrial e preparando áreas e distritos estratégicos para receber novos empreendimentos e apoiar a expansão dos já existentes.

Essa estratégia será articulada aos novos instrumentos de desenvolvimento e competitividade defendidos por Goiás no contexto das transformações do sistema tributário, criando melhores condições para a expansão das empresas, a atração de investimentos e a geração de empregos de maior qualidade.

O objetivo será fazer com que o crescimento da produção goiana se traduza cada vez mais em produtividade, industrialização, inovação, empregos, renda e riqueza gerada dentro do próprio Estado.

22 Fortalecer micro e pequenas empresas e apoiar quem empreende

Ampliar o apoio aos pequenos negócios e empreendedores, facilitando acesso a orientação, capacitação, inovação, transformação digital, crédito e novos mercados.

As políticas estaduais deverão considerar as dificuldades específicas enfrentadas por quem está começando um negócio ou possui menor estrutura para lidar com exigências administrativas, mudanças tecnológicas e acesso a financiamento, com atendimento mais simples e instrumentos adequados às diferentes etapas de desenvolvimento dos pequenos negócios.

O Banco do Povo deverá ser retomado e modernizado como instrumento de acesso ao crédito para pequenos e microempreendedores, ampliando sua capacidade de apoiar quem deseja iniciar, manter ou expandir uma atividade produtiva e gerar sua própria renda.

Também será importante ampliar oportunidades para que pequenos negócios participem de cadeias de fornecedores e alcancem novos consumidores e tenham maior acesso ao mercado, inclusive às oportunidades de fornecimento ao poder público, observadas as regras aplicáveis.

O acesso ao crédito deverá estar articulado à capacitação, à inovação e à orientação para o desenvolvimento dos negócios, ampliando as condições para que pequenos empreendimentos cresçam e se mantenham de forma sustentável.

Fortalecer o pequeno empreendedor significa ampliar oportunidades de trabalho e renda, movimentar a economia local e fazer o desenvolvimento chegar também a quem começa pequeno.

23 Qualificar para o trabalho e para novas oportunidades

Aproximar as políticas de formação e qualificação profissional das necessidades reais das empresas e das oportunidades existentes em cada região.

A oferta de cursos deverá considerar informações sobre demanda de trabalhadores, novos investimentos, características da economia de cada região e transformações tecnológicas, evitando formar pessoas para oportunidades que não existem ou deixar empresas sem profissionais para funções que precisam preencher.

As políticas de desenvolvimento econômico, trabalho e educação deverão atuar de forma integrada, aproximando as escolas técnicas, a UEG e outras instituições de ensino e formação das necessidades de qualificação identificadas nas diferentes regiões e das oportunidades geradas por novos investimentos.

Essa integração deverá permitir que a oferta de cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e de qualificação profissional acompanhe as mudanças da economia e contribua para preparar trabalhadores para as oportunidades existentes e para novas atividades que se desenvolvam no Estado.

As políticas de trabalho e qualificação deverão considerar também as transformações nas relações de trabalho, incluindo trabalhadores autônomos, profissionais de plataformas digitais e outras formas emergentes de ocupação, buscando ampliar acesso a qualificação, crédito, orientação e oportunidades de desenvolvimento profissional.

O Estado deverá estimular a articulação entre trabalhadores, instituições de ensino, empresas e sistemas de intermediação de emprego, aproximando quem busca trabalho das oportunidades disponíveis.

A prioridade será especialmente importante para jovens que buscam o primeiro trabalho, trabalhadores que precisam atualizar suas competências e pessoas que necessitam de novas oportunidades profissionais, ampliando suas possibilidades de inserção e permanência no mercado de trabalho.

Qualificação deverá significar oportunidade real de trabalho e renda.

24 Impulsionar inovação, novas cadeias produtivas e mercados

Fortalecer o ambiente estadual de inovação, aproximando empresas, universidades, instituições de pesquisa, startups, empreendedores e Governo para transformar conhecimento em soluções, novos produtos, processos e oportunidades econômicas, retomando e atualizando políticas de integração entre ciência, tecnologia e setor produtivo.

Apoiar a transformação digital das empresas e a adoção responsável de novas tecnologias, inclusive inteligência artificial, ampliando produtividade, competitividade e capacidade de inovação. A FAPEG, a UEG, as instituições de ensino e pesquisa e os ambientes de inovação deverão atuar de forma articulada com o setor produtivo, aproximando pesquisa, conhecimento e desenvolvimento tecnológico das necessidades e oportunidades da economia goiana.

O Estado deverá estimular o desenvolvimento e a adoção de soluções relacionadas à energia renovável, eficiência energética, armazenamento e novas tecnologias, aproveitando o potencial de Goiás para atrair investimentos e ampliar a competitividade da economia. Na própria estrutura pública, essas soluções deverão ser utilizadas, quando técnica e economicamente viáveis, para reduzir o consumo e os gastos com energia e melhorar a eficiência na utilização dos recursos públicos.

Desenvolver uma estratégia para o aproveitamento sustentável do potencial mineral de Goiás, com pesquisa e conhecimento geológico, segurança jurídica, infraestrutura, qualificação profissional e agregação de valor. Atenção especial será dedicada aos minerais estratégicos e às terras raras, buscando ampliar sua transformação e agregação de valor em Goiás e inserir o Estado nas cadeias industriais e tecnológicas relacionadas à transição energética e às novas tecnologias.

Apoiar a inserção das empresas goianas em mercados nacionais e internacionais, identificando novas oportunidades comerciais, ampliando conexões com compradores, investidores e parceiros e apoiando empresas que tenham capacidade de levar produtos, serviços e tecnologia desenvolvidos em Goiás a novos mercados.

Inovação, energia, recursos minerais e abertura de mercados deverão fazer parte de uma mesma estratégia: usar conhecimento, tecnologia e as potencialidades de Goiás para agregar valor à produção, ampliar mercados e gerar mais investimentos, trabalho e renda no Estado.

O compromisso com o desenvolvimento econômico

Nosso compromisso será construir um ambiente no qual quem queira trabalhar, empreender, investir e produzir encontre condições para transformar iniciativa em oportunidade.

O Governo deverá criar condições para o desenvolvimento da economia, combinando infraestrutura, qualificação profissional, simplificação, segurança institucional, inovação, acesso a crédito e articulação entre o setor produtivo, trabalhadores, instituições de ensino e pesquisa e poder público.

O desenvolvimento econômico deverá ser medido pelos resultados que efetivamente produz. Mais do que anúncios de investimentos, será preciso verificar se os projetos saíram do papel, se novas empresas começaram a produzir, se as empresas já instaladas cresceram e se os pequenos negócios encontraram condições para se desenvolver.

Também importará saber se foram gerados novos empregos e melhores oportunidades de trabalho, se a produção goiana passou a agregar mais valor, se a inovação aumentou a competitividade da economia e se o crescimento alcançou as diferentes regiões do Estado.

Por isso, a pergunta central será:

o crescimento da economia está se transformando em mais trabalho, renda, inovação e oportunidades para os goianos?

Essa será a medida fundamental da nossa política de desenvolvimento econômico.

4.5 Agronegócio, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural

Produzir mais, agregar valor e preservar para o futuro

O desafio

A agropecuária é uma das grandes forças econômicas de Goiás e desempenha papel decisivo na geração de empregos, renda, exportações e desenvolvimento do interior. O próximo ciclo exigirá preservar essa competitividade diante de transformações tecnológicas, ambientais, sanitárias e comerciais cada vez mais rápidas. Também será necessário enfrentar fatores que afetam diretamente a capacidade de produzir e investir, como custos de produção, acesso ao crédito, endividamento, oscilações de mercado, riscos climáticos e condições de infraestrutura e logística, além da disponibilidade de energia e da necessidade de maior segurança e previsibilidade para quem produz.

Produzir mais continuará sendo importante, mas já não será suficiente. O desafio será elevar a produtividade e agregar valor à produção, ampliar o acesso à tecnologia, fortalecer a defesa agropecuária e preparar produtores para mercados que exigem cada vez mais qualidade, rastreabilidade, eficiência e sustentabilidade. A competitividade dependerá também de um ambiente tributário equilibrado e de condições adequadas para que o produtor possa planejar, investir e ampliar sua produção.

As políticas para o campo deverão considerar as diferentes escalas e realidades da produção rural. Agricultura familiar, pequenos e médios produtores e cooperativas precisam ter melhores condições de acesso à assistência técnica, inovação, crédito, organização produtiva e mercados.

A segurança no campo também integra as condições necessárias para produzir. A proteção das pessoas, das propriedades, dos equipamentos e da produção rural deverá acompanhar as transformações e a crescente incorporação de tecnologia e patrimônio às atividades agropecuárias.

A disponibilidade e o uso eficiente da água serão cada vez mais estratégicos. Ao mesmo tempo, novas oportunidades surgem com bioinsumos, recuperação produtiva de áreas degradadas, produção de baixo carbono e bioeconomia, ampliando as possibilidades de produzir com eficiência, preservar recursos naturais e acessar novos mercados.

O desafio será, portanto, combinar produção, produtividade, inovação, inclusão produtiva e sustentabilidade, garantindo condições para que produtores de diferentes portes possam avançar e fazendo com que a força do campo gere ainda mais trabalho, renda e desenvolvimento em Goiás.

Nossa direção para 2030

Queremos consolidar Goiás como referência nacional em uma agropecuária produtiva, tecnológica, competitiva e sustentável, capaz de agregar mais valor à produção e ampliar sua presença nos mercados nacionais e internacionais.

O Estado deverá aproximar pesquisa, tecnologia, assistência técnica e produtores; fortalecer a segurança sanitária; ampliar oportunidades para agricultura familiar e cooperativismo; estimular o uso eficiente da água; apoiar o acesso a crédito, inovação e mercados; melhorar a infraestrutura e a logística necessárias ao armazenamento e ao escoamento da produção; contribuir para condições mais seguras e confiáveis de fornecimento de energia no campo; e criar condições para que uma parcela maior da produção seja processada e transformada dentro de Goiás.

Sustentabilidade será tratada como parte da competitividade do agro. Produzir com responsabilidade ambiental, preservar os recursos naturais, recuperar áreas degradadas e incorporar novas tecnologias deverão contribuir para aumentar a eficiência da produção, ampliar o acesso a mercados e preservar a capacidade produtiva para as próximas gerações. A atuação do Estado deverá buscar também maior segurança e previsibilidade na aplicação das normas sob sua responsabilidade, conciliando proteção ambiental e segurança jurídica para quem produz.

A política para o campo deverá estar articulada às demais áreas do Governo, reconhecendo que a competitividade da produção rural depende também de infraestrutura e logística, energia, conectividade, segurança no campo, qualificação e condições adequadas para produzir e investir.

Nossa direção será:

um agro cada vez mais produtivo e tecnológico, que agregue valor, preserve recursos e transforme a força do campo em mais desenvolvimento para Goiás.

NOSSOS COMPROMISSOS

25 Aumentar a produtividade no campo com tecnologia, inovação e sustentabilidade

Fortalecer a pesquisa e a difusão de tecnologias aplicadas à agricultura e à pecuária, aproximando conhecimento científico das necessidades concretas dos produtores e ampliando a integração entre instituições de pesquisa, universidades, assistência técnica e setor produtivo.

Estimular conectividade rural, agricultura de precisão, mecanização, digitalização, automação, uso responsável de inteligência artificial e outras tecnologias capazes de elevar a eficiência, a produtividade e a capacidade de gestão das propriedades.

A pesquisa e a inovação deverão considerar também soluções relacionadas à eficiência no uso da água, bioinsumos, recuperação produtiva de áreas degradadas, adaptação às condições climáticas e outras tecnologias capazes de conciliar produtividade, competitividade e sustentabilidade.

A inovação deverá estar ao alcance de produtores de diferentes portes e regiões, com difusão de conhecimento, assistência técnica e instrumentos que facilitem a adoção de novas tecnologias no campo.

O objetivo será produzir melhor, utilizar recursos com maior eficiência e transformar conhecimento e tecnologia em maior produtividade, competitividade e capacidade de produzir de forma sustentável.

26 Fortalecer a assistência técnica e a defesa agropecuária

Ampliar e modernizar a assistência técnica e a extensão rural, especialmente para pequenos produtores, agricultores familiares e aqueles que encontram maior dificuldade de acesso a conhecimento, tecnologia e serviços especializados, apoiando a melhoria da produção, da gestão das propriedades, a adoção de tecnologias e o acesso a mercados.

Essa atuação deverá ser articulada com instituições de ensino e pesquisa, cooperativas, entidades do setor produtivo e municípios, aproximando conhecimento e soluções das necessidades concretas dos produtores.

Fortalecer também a defesa sanitária animal e vegetal, a vigilância, a capacidade laboratorial e os instrumentos necessários para proteger a produção goiana.

Sanidade agropecuária é patrimônio econômico do Estado. Ela protege produtores, consumidores e cadeias produtivas e constitui requisito fundamental para alcançar e preservar mercados.

A defesa agropecuária deverá atuar de forma integrada com outras áreas do Estado quando houver riscos que envolvam saúde, meio ambiente, produção ou acesso a mercados, permitindo prevenção, identificação e resposta mais rápidas.

O objetivo será ampliar o suporte ao produtor e preservar a sanidade e a qualidade da produção goiana, contribuindo para sua produtividade, segurança e competitividade.

27 Expandir a irrigação com eficiência e segurança no uso da água

Estimular a expansão e modernização da agricultura irrigada de maneira planejada, eficiente e compatível com a disponibilidade dos recursos hídricos, ampliando a segurança e a previsibilidade necessárias aos investimentos em irrigação.

O Estado deverá apoiar tecnologias que reduzam perdas e aumentem a eficiência no uso da água, melhorar informações para planejamento e articular a política de irrigação à gestão das bacias hidrográficas.

A política de irrigação deverá estar articulada também às áreas de infraestrutura, energia e segurança pública, reconhecendo que a expansão da produção irrigada depende de fornecimento adequado de energia e da proteção dos equipamentos e das estruturas instaladas nas propriedades rurais.

A segurança rural deverá considerar a crescente incorporação de equipamentos de alto valor e tecnologia às atividades produtivas, fortalecendo a prevenção, a inteligência e a atuação integrada contra furtos, roubos e receptação que afetem sistemas de irrigação e outras estruturas essenciais à produção.

A irrigação poderá contribuir para elevar produtividade, reduzir vulnerabilidades climáticas e permitir maior estabilidade da produção, desde que sua expansão ocorra com responsabilidade.

Por isso, a diretriz será:

mais eficiência por unidade de água utilizada, segurança para produzir e planejamento compatível com a disponibilidade hídrica de cada região.

28 Fortalecer a agricultura familiar, os pequenos produtores e o cooperativismo

Ampliar as condições para que agricultores familiares e pequenos produtores ampliem sua capacidade de produzir, agregar valor e acessar mercados, participando das oportunidades geradas pelo desenvolvimento do agro.

As políticas deverão articular assistência técnica, acesso ao crédito, organização produtiva, qualificação, tecnologia, comercialização e agregação de valor, considerando as necessidades de quem produz em menor escala.

Fortalecer assistência técnica, organização produtiva, cooperativismo, acesso a mercados e instrumentos que facilitem modernização e agregação de valor.

O cooperativismo deverá ser estimulado como estratégia para aumentar escala, compartilhar estruturas, melhorar a capacidade de negociação e facilitar o acesso de produtores a tecnologia, crédito, processamento, comercialização e mercados.

O Estado deverá ampliar também as oportunidades de comercialização da produção da agricultura familiar, inclusive por meio das compras públicas e da aproximação com mercados locais e regionais, contribuindo para gerar renda e dar maior estabilidade à produção.

As políticas para agricultura familiar deverão alcançar também produtores dos assentamentos e das comunidades tradicionais quilombolas e calungas, assegurando acesso às políticas de apoio à produção, assistência técnica, crédito, organização produtiva e comercialização, respeitadas as características de cada comunidade.

O desenvolvimento do campo será mais consistente quando agricultores familiares e pequenos produtores tiverem condições de produzir com eficiência, acessar mercados e transformar sua produção em renda e desenvolvimento para suas comunidades.

29 Agregar mais valor à produção goiana e ampliar mercados

Estimular a agroindustrialização, processamento e a transformação da produção dentro de Goiás, aproximando produtores, cooperativas, agroindústrias, logística e mercados, para ampliar as etapas das cadeias produtivas realizadas no próprio Estado.

Fortalecer iniciativas de qualidade, certificação e rastreabilidade que aumentem a confiança nos produtos goianos e contribuam para seu acesso a mercados mais exigentes, com segurança sanitária e previsibilidade para quem produz e investe.

Apoiar também a ampliação da presença da produção estadual nos mercados brasileiro e internacional, em articulação com a estratégia econômica e comercial do Estado, identificando oportunidades, apoiando a abertura e a manutenção de mercados e aproximando a produção goiana de novos compradores e parceiros comerciais.

A competitividade das cadeias agropecuárias deverá ser tratada de forma integrada, considerando também fatores que afetam o custo e a capacidade de produzir e comercializar, como infraestrutura e logística, fornecimento de energia, segurança jurídica e ambiente tributário equilibrado.

A política estadual deverá dedicar atenção especial às cadeias produtivas formadas por pequenos e médios produtores que enfrentem maior vulnerabilidade econômica, inclusive a cadeia do leite, articulando apoio técnico, cooperativismo, crédito, organização da produção, processamento e acesso a mercados.

Goiás já possui enorme capacidade de produzir. O próximo passo será fazer com que uma parcela crescente dessa produção seja processada, transformada e comercializada com maior valor agregado, gerando dentro do próprio Estado mais investimentos, empregos e renda.

30 Ampliar oportunidades com bioeconomia e produção de baixo carbono

Estimular tecnologias e atividades capazes de combinar desenvolvimento econômico, aproveitamento eficiente dos recursos naturais e redução de impactos ambientais, gerando novas oportunidades de produção, investimento e renda no campo.

Apoiar pesquisa, desenvolvimento e utilização de bioinsumos, aproveitamento de resíduos e subprodutos, recuperação produtiva de áreas degradadas e práticas que contribuam para uma agropecuária de menor emissão e maior eficiência ambiental, buscando também redução de custos, aumento da produtividade e maior eficiência dos sistemas produtivos.

A bioeconomia deverá aproximar biodiversidade, ciência, produção e inovação, permitindo o desenvolvimento de novos produtos, processos e cadeias econômicas, com participação de universidades, instituições de pesquisa, produtores, cooperativas e empresas na transformação do conhecimento em soluções e oportunidades econômicas.

A produção sustentável deverá contribuir também para ampliar a competitividade dos produtos goianos e seu acesso a mercados que valorizem rastreabilidade, eficiência ambiental e práticas produtivas de menor impacto.

A sustentabilidade não será tratada como obstáculo à produção.

Será parte da estratégia para produzir com eficiência, ampliar a competitividade, abrir mercados e preservar os recursos necessários à continuidade da atividade agropecuária.

O compromisso com o campo

Nosso compromisso será preservar a força do agro goiano e prepará-lo para uma nova etapa de desenvolvimento, com condições para que quem produz possa investir, crescer e competir com segurança e sem a cobrança da nefasta taxa do agro, criada pelo governo atual.

O sucesso dessa política não será medido apenas pelo aumento da produção. Será necessário verificar se houve ganho de produtividade e agregação de valor; se produtores tiveram maior acesso à tecnologia, assistência técnica, crédito e mercados; se a defesa sanitária permaneceu forte; e se agricultores familiares, pequenos produtores e cooperativas ampliaram suas oportunidades.

Também será preciso avaliar se avançamos nas condições que determinam a competitividade da produção: infraestrutura e logística para o escoamento, fornecimento confiável de energia, conectividade, segurança no campo, segurança jurídica e um ambiente adequado para produzir e investir.

A capacidade de enfrentar situações de endividamento e outras dificuldades que comprometam a continuidade da produção também deverá fazer parte da atuação do Estado, inclusive por meio da articulação com a União e demais instituições competentes quando as soluções ultrapassarem a competência estadual.

Produção e preservação não serão tratadas como objetivos incompatíveis. A competitividade do futuro dependerá cada vez mais da capacidade de produzir com tecnologia, eficiência, rastreabilidade, segurança sanitária e responsabilidade ambiental, utilizando água e recursos naturais de forma responsável e preservando a capacidade produtiva do Estado.

O diálogo permanente com produtores, cooperativas, entidades representativas, instituições de pesquisa e demais integrantes das cadeias produtivas deverá orientar a identificação de necessidades e a construção de soluções para o desenvolvimento do campo.

Por isso, nossa pergunta central será:

Goiás está oferecendo condições para que quem produz possa produzir melhor, agregar mais valor, acessar mercados e transformar a força do campo em mais trabalho, renda e desenvolvimento para o Estado?

Essa será a medida essencial da nossa política para o agro.

4.6 Infraestrutura, Logística e Desenvolvimento Regional

Conectar Goiás para aproximar pessoas, mercados e oportunidades

O desafio

A posição geográfica de Goiás constitui uma de suas grandes vantagens competitivas. Localizado no centro do país e conectado a importantes mercados consumidores e regiões produtoras, o Estado possui condições privilegiadas para ampliar seu papel na logística nacional e transformar essa localização em desenvolvimento.

Mas infraestrutura não significa apenas transportar mercadorias. A qualidade das rodovias, da mobilidade, do saneamento, da conectividade e da infraestrutura urbana interfere diretamente no cotidiano das pessoas, na competitividade das empresas e nas possibilidades de desenvolvimento dos municípios. Rodovias seguras e adequadas aos fluxos de pessoas e cargas são também essenciais para reduzir acidentes, melhorar o escoamento da produção e aproximar as diferentes regiões dos principais mercados.

Goiás também apresenta realidades territoriais muito diferentes. Regiões com maior dinamismo econômico convivem com outras que possuem menor capacidade de atrair investimentos e gerar oportunidades. Distâncias, deficiências de infraestrutura e dificuldades de acesso a serviços, mercados e investimentos podem limitar o desenvolvimento de municípios e regiões.

A infraestrutura existente também exige manutenção, modernização e planejamento permanente. Ao mesmo tempo, será necessário ampliar a malha pavimentada, melhorar as ligações entre municípios e regiões e aumentar a capacidade dos corredores de maior fluxo e importância estratégica, inclusive por meio de duplicações onde a demanda, a segurança e o desenvolvimento econômico justificarem esses investimentos.

O desafio será, portanto, cuidar da infraestrutura existente, superar gargalos estratégicos e utilizar os investimentos públicos e privados para integrar o território, reduzir custos, melhorar a qualidade de vida e ampliar oportunidades nas diferentes regiões do Estado.

Nossa direção para 2030

Queremos um Goiás mais conectado, seguro e integrado.

A infraestrutura deverá ser planejada não apenas pelo volume de obras executadas, mas pelos resultados que produz para as pessoas, para a economia e para os territórios.

Rodovias deverão oferecer melhores condições de segurança e circulação. O Estado deverá avançar na pavimentação de ligações estratégicas entre municípios e regiões, na recuperação e modernização da malha existente e na ampliação da capacidade dos principais corredores rodoviários, incluindo duplicações onde forem necessárias. A logística deverá aproximar a produção dos mercados. Mobilidade e infraestrutura urbana deverão melhorar a vida nas cidades. O saneamento deverá avançar como condição de saúde, dignidade e desenvolvimento. A conectividade digital deverá alcançar mais territórios.

O desenvolvimento regional deverá considerar as necessidades e potencialidades de cada região, com atenção também aos pequenos municípios, criando condições para que infraestrutura, serviços e investimentos contribuam para ampliar sua capacidade de gerar trabalho, renda e oportunidades.

As políticas de infraestrutura deverão estar articuladas ao desenvolvimento econômico, ao agronegócio, à segurança, ao meio ambiente e às necessidades dos municípios, para que os investimentos realizados pelo Estado produzam resultados que ultrapassem a própria obra.

Nossa direção será:

conectar Goiás para reduzir distâncias, e custos, aproximar suas regiões e ampliar oportunidades em todo o território.

31 Recuperar, pavimentar, modernizar e duplicar rodovias estaduais e apoiar a melhoria das estradas vicinais

Implantar uma política permanente de conservação, recuperação e modernização da malha rodoviária estadual, reduzindo a lógica de intervenções apenas depois que os problemas se tornam graves.

A priorização dos investimentos deverá considerar critérios técnicos, segurança viária, condições das rodovias, fluxo de pessoas e cargas, integração regional e importância econômica e social de cada ligação.

O Estado deverá avançar também na pavimentação de ligações rodoviárias estratégicas entre municípios e regiões, especialmente onde a ausência de infraestrutura adequada dificulte o deslocamento das pessoas, o escoamento da produção e o desenvolvimento econômico.

Em cooperação com os municípios, o Governo deverá apoiar a recuperação e a melhoria das estradas vicinais, especialmente daquelas estratégicas para o escoamento da produção, o transporte escolar, o acesso das comunidades rurais e sua conexão com a malha rodoviária estadual.

Além da recuperação do pavimento, as intervenções deverão considerar, quando necessárias, melhorias de segurança, sinalização, pontes, acessos e adequações da capacidade viária, além de outros elementos essenciais à qualidade da circulação.

Os investimentos na infraestrutura rodoviária deverão estar articulados às demais políticas do Estado, considerando sua importância para o desenvolvimento regional, o escoamento da produção, o acesso aos serviços de saúde, a segurança dos deslocamentos e a atuação das forças de segurança. A definição das prioridades deverá considerar os efeitos de cada ligação sobre a economia e, principalmente, sobre a vida das pessoas.

O objetivo será simples:

rodovias seguras e modernas, capazes de aproximar pessoas, facilitar o acesso a serviços, melhorar o escoamento da produção e conectar as diferentes regiões de Goiás.

32 Ampliar a integração de Goiás aos grandes corredores logísticos

Fortalecer a posição estratégica de Goiás no sistema logístico brasileiro, articulando rodovias, ferrovias, terminais, plataformas logísticas, aeroportos e estruturas de armazenagem e distribuição.

O Governo do Estado deverá atuar em cooperação com a União, municípios e setor privado para superar gargalos que elevem custos e limitem a competitividade das cadeias produtivas, defendendo os investimentos estratégicos para Goiás e contribuindo para acelerar as conexões necessárias entre a infraestrutura estadual e os grandes corredores nacionais.

O Estado deverá acompanhar e atuar institucionalmente para acelerar a implantação e a integração dos grandes projetos ferroviários que atravessam ou se conectam a Goiás, ampliando sua conexão com a Ferrovia Norte-Sul e com os corredores nacionais de transporte.

A estratégia deverá considerar as principais rotas de produção e distribuição, a integração com corredores nacionais e a necessidade de melhorar conexões entre regiões produtoras, centros industriais, plataformas logísticas e mercados, reduzindo distâncias econômicas e ampliando as alternativas disponíveis para o transporte de cargas.

A infraestrutura logística deverá estar articulada às políticas de desenvolvimento econômico, agronegócio, industrialização e desenvolvimento regional, permitindo que os investimentos em transporte e distribuição contribuam também para atrair empresas, estimular novos polos produtivos e agregar valor à produção dentro do Estado.

Mais do que movimentar cargas, uma logística eficiente deverá ajudar Goiás a reduzir custos, ampliar sua competitividade, atrair investimentos, alcançar novos mercados e gerar trabalho e renda.

33 Melhorar a mobilidade, o saneamento e a infraestrutura urbana

Apoiar municípios e regiões metropolitanas na construção de soluções para mobilidade, transporte coletivo, saneamento e infraestrutura urbana, respeitando as competências de cada ente e priorizando iniciativas de maior impacto para a população.

O Estado deverá ampliar a cooperação com os municípios para viabilizar investimentos em pavimentação, recuperação de vias, drenagem urbana e outras intervenções necessárias à melhoria da infraestrutura das cidades, com atenção também aos pequenos municípios e às localidades com menor capacidade de investimento próprio.

Nas áreas urbanas de maior concentração populacional, será necessário estimular o planejamento integrado da mobilidade, buscando reduzir tempo de deslocamento e melhorar a qualidade e a eficiência dos sistemas de transporte.

No saneamento, o Estado deverá contribuir para ampliar o acesso à água tratada, à coleta e ao tratamento de esgoto e às soluções de drenagem, articulando planejamento regional, investimentos e expansão da infraestrutura necessária ao atendimento da população.

A Saneago será fortalecida em sua capacidade de investimento e reconhecida como instrumento estratégico da política estadual de saneamento, com prioridade para a segurança do abastecimento de água, a expansão da coleta e do tratamento de esgoto e o avanço das metas de universalização, em articulação com os municípios e com planejamento de longo prazo.

Os investimentos em infraestrutura urbana e saneamento deverão estar articulados às políticas de saúde, meio ambiente, habitação e desenvolvimento regional, reconhecendo seus efeitos sobre a prevenção de doenças, a qualidade de vida e as condições de desenvolvimento das cidades.

Infraestrutura urbana deverá ser tratada como condição para saúde, desenvolvimento e qualidade de vida.

34 Ampliar a conectividade digital no território

Tratar a conectividade digital como parte da infraestrutura necessária ao desenvolvimento econômico e social de Goiás e ao acesso da população a serviços e oportunidades.

O Estado deverá apoiar a expansão da conectividade, especialmente nas localidades e áreas rurais em que limitações de acesso ainda dificultam educação, saúde, produção, segurança, empreendedorismo e utilização de serviços públicos digitais.

A ampliação da conectividade deverá estar articulada às políticas de educação, saúde, segurança pública, desenvolvimento econômico e agropecuário, permitindo que os avanços tecnológicos e os serviços digitais alcancem também quem vive e produz distante dos grandes centros.

A expansão deverá buscar articulação com municípios, União, empresas e demais atores capazes de contribuir para ampliar a cobertura e a qualidade das redes, priorizando regiões em que a deficiência de conectividade represente uma barreira ao desenvolvimento ou ao acesso a serviços essenciais.

No Goiás que queremos construir, a distância geográfica não poderá limitar também o acesso das pessoas à tecnologia, aos serviços e às oportunidades.

35 Desenvolver as regiões a partir de suas potencialidades

Articular políticas de infraestrutura, desenvolvimento econômico, qualificação profissional, conectividade e serviços públicos e apoio institucional para que as diferentes regiões possam transformar suas características econômicas e produtivas em oportunidades de desenvolvimento.

A estratégia deverá reconhecer que Goiás não possui uma única realidade econômica e territorial.

Agronegócio, indústria, mineração, comércio, serviços, turismo, economia criativa, bioeconomia e outras atividades possuem importância diferente conforme cada região, e os investimentos públicos deverão considerar essas características e as necessidades da população.

O Estado deverá atuar em parceria com os municípios para identificar oportunidades, superar limitações de infraestrutura e estimular a instalação e a expansão de empresas e atividades produtivas relacionadas às características e oportunidades de cada região, ampliando a geração de trabalho e renda.

Os pequenos municípios deverão receber atenção especial, com maior articulação das políticas estaduais de infraestrutura, saneamento, saúde, habitação e desenvolvimento econômico, ampliando suas condições de atrair investimentos, apoiar quem já produz e gerar oportunidades para sua população.

A política de desenvolvimento regional deverá estimular também a formação e o fortalecimento de polos produtivos, industriais e de serviços, aproximando infraestrutura, qualificação profissional, empresas e trabalhadores e permitindo que os investimentos gerem efeitos econômicos em toda a região.

Os investimentos estaduais deverão buscar também maior integração entre municípios de uma mesma região, reconhecendo que serviços, produção, trabalho e circulação de pessoas frequentemente ultrapassam os limites de uma única cidade.

Desenvolvimento regional não significará levar a mesma solução para todos os lugares. Significará compreender as características e necessidades de cada região e direcionar políticas e investimentos capazes de transformar seu potencial em desenvolvimento.

O compromisso com o território

Nosso compromisso será substituir uma visão de infraestrutura centrada exclusivamente na obra por uma visão orientada pelos resultados que a infraestrutura produz na vida das pessoas e no desenvolvimento de Goiás.

Rodovias seguras e modernas deverão melhorar os deslocamentos, facilitar o acesso a serviços, reduzir custos logísticos e ampliar a integração entre municípios e regiões. A infraestrutura logística deverá aproximar a produção dos mercados e fortalecer a competitividade da economia goiana.

Saneamento, mobilidade e infraestrutura urbana deverão contribuir para melhorar a saúde, a qualidade de vida e o funcionamento das cidades. A conectividade deverá aproximar pessoas, serviços, conhecimento e oportunidades, inclusive nas áreas rurais e nas localidades mais distantes dos grandes centros.

Os investimentos deverão contribuir também para o desenvolvimento das diferentes regiões, com atenção aos pequenos municípios e às necessidades específicas de cada parte do Estado, articulando infraestrutura, serviços e desenvolvimento econômico para ampliar oportunidades de trabalho, produção e renda.

Isso também significa cuidar melhor do patrimônio público existente. Construir novas estruturas sem conservar adequadamente aquelas que já foram financiadas pela sociedade não é uma estratégia sustentável de desenvolvimento.

Por isso, manutenção, modernização, ampliação da infraestrutura e novos investimentos deverão fazer parte de um planejamento permanente, com prioridades definidas a partir das necessidades da população, da segurança, da integração regional e dos efeitos econômicos e sociais de cada investimento.

Ao final, nossa pergunta central será:

a infraestrutura está aproximando pessoas, serviços e oportunidades, reduzindo custos e criando melhores condições para o desenvolvimento de todas as regiões de Goiás?

Essa será a medida fundamental da nossa política territorial.

4.7 Meio Ambiente

Preservar hoje para garantir desenvolvimento e qualidade de vida amanhã

O desenvolvimento de Goiás depende diretamente da qualidade de seus recursos naturais. Água, solo, vegetação, biodiversidade e equilíbrio climático são essenciais para o abastecimento das cidades, a produção agropecuária, a indústria, a geração de energia e a qualidade de vida da população.

Essa relação torna a política ambiental cada vez mais estratégica.

O crescimento das cidades e da produção amplia a demanda por água e exige maior capacidade de planejamento. A degradação de nascentes, mananciais e áreas ambientalmente relevantes pode comprometer a disponibilidade futura dos recursos hídricos. Secas, ondas de calor, incêndios, chuvas intensas e outros eventos extremos aumentam a necessidade de prevenção e preparação do Estado e dos municípios para reduzir seus impactos sobre a população, a produção e a infraestrutura.

A proteção ambiental também precisa caminhar junto à realidade de um Estado que produz, cresce e necessita de novos investimentos. Produtores, empresas e municípios precisam encontrar regras claras, critérios técnicos e prazos compatíveis com a complexidade de cada processo, sem redução dos controles necessários à proteção dos recursos naturais.

Segurança jurídica ambiental será, portanto, parte da estratégia de desenvolvimento. O Estado deverá buscar maior previsibilidade na aplicação das normas, qualidade técnica nas decisões e eficiência nos procedimentos, permitindo que preservar e produzir sejam objetivos compatíveis.

Os municípios também deverão contar com maior articulação e apoio para enfrentar desafios relacionados à gestão de resíduos, proteção dos recursos hídricos, prevenção de riscos ambientais e preparação para eventos extremos.

O desafio será construir uma política capaz de combinar conservação, segurança hídrica, prevenção de riscos, segurança jurídica e desenvolvimento sustentável.

Nossa direção para 2030

Queremos fazer de Goiás uma referência na conciliação entre desenvolvimento e sustentabilidade.

A política ambiental deverá proteger recursos essenciais ao futuro do Estado e, ao mesmo tempo, utilizar ciência, tecnologia, planejamento e instrumentos econômicos para produzir soluções mais eficientes.

A água ocupará posição central nessa estratégia, com atenção à proteção de nascentes, mananciais e bacias hidrográficas, ao planejamento dos diferentes usos e à disponibilidade necessária para o abastecimento da população, a produção e o desenvolvimento econômico.

A proteção do Cerrado e da biodiversidade deverá caminhar junto à recuperação de áreas degradadas. Municípios e comunidades precisarão estar mais preparados para eventos climáticos extremos.

O licenciamento ambiental deverá combinar rigor técnico, agilidade e previsibilidade, utilizando tecnologia e critérios proporcionais às características e aos impactos de cada atividade, para que o controle ambiental seja eficiente sem produzir entraves desnecessários a quem cumpre as regras.

Resíduos e subprodutos deverão ser cada vez mais tratados também como recursos capazes de retornar aos ciclos produtivos, estimulando reciclagem, reaproveitamento, geração de energia e novas atividades econômicas.

Sustentabilidade não será uma agenda isolada da economia. Deverá estar integrada às políticas de desenvolvimento econômico, agropecuária, infraestrutura, saúde e desenvolvimento regional.

Preservar recursos naturais, utilizar água e solo com responsabilidade, reduzir riscos e oferecer segurança para quem produz e investe são condições para que Goiás continue crescendo de forma sustentável.

36 Fazer da segurança hídrica uma prioridade estratégica de Goiás

Dar continuidade aos grandes investimentos que marcaram a ampliação da segurança hídrica de Goiás, avançando no planejamento, na proteção de nascentes e mananciais, na gestão das bacias, no monitoramento e no uso eficiente da água.

Implantar uma estratégia estadual de segurança hídrica que integre planejamento, gestão das bacias, proteção de nascentes e mananciais, monitoramento e uso eficiente da água, com ações voltadas também à prevenção de situações de escassez e à garantia das condições necessárias ao abastecimento e ao desenvolvimento do Estado.

O Estado deverá ampliar sua capacidade de conhecer e acompanhar a disponibilidade e a demanda de recursos hídricos, identificar áreas de maior vulnerabilidade e antecipar situações de escassez ou conflito pelo uso da água, utilizando dados, tecnologia e planejamento para orientar decisões e investimentos.

Goiás já demonstrou a importância de antecipar grandes desafios de abastecimento. A Barragem do Ribeirão João Leite e o Sistema Produtor Mauro Borges, consolidados durante os governos de Marconi Perillo, representam um legado estratégico para a segurança do abastecimento da Região Metropolitana de Goiânia. Essa experiência deverá orientar uma nova etapa de planejamento hídrico, capaz de identificar necessidades e preparar soluções antes que situações de escassez se transformem em crises.

A política deverá considerar de forma integrada as necessidades do abastecimento humano, da produção agropecuária, das atividades econômicas e da conservação ambiental, respeitando prioridades e critérios estabelecidos pela legislação.

A gestão dos recursos hídricos deverá estar articulada às políticas de saneamento, agricultura irrigada, desenvolvimento econômico, meio ambiente e defesa civil, permitindo que expansão da produção, crescimento das cidades e novos investimentos sejam planejados considerando a disponibilidade de água em cada região.

A cooperação com municípios, usuários, comitês de bacia e demais instituições será essencial para construir soluções adequadas às características e necessidades de cada região.

Cuidar da água hoje é preservar um recurso essencial à vida e indispensável ao futuro de Goiás.

37 Proteger o Cerrado e recuperar áreas ambientalmente estratégicas

Reconhecer o Cerrado como um dos principais patrimônios naturais e símbolos da identidade de Goiás e fortalecer sua conservação, protegendo a biodiversidade e áreas essenciais à preservação da água, do solo e dos ecossistemas.

Ampliar iniciativas de recuperação de nascentes, matas ciliares e áreas degradadas consideradas prioritárias, articulando a política ambiental à segurança hídrica, à pesquisa, à produção sustentável e ao desenvolvimento das regiões.

Valorizar os parques estaduais e demais unidades de conservação, ampliando sua proteção, conservação e estrutura e estimulando a pesquisa e o uso público responsável. Esses espaços deverão contribuir também para a educação ambiental, o turismo de natureza e o desenvolvimento das comunidades e regiões em que estão inseridos.

Goiás deverá aproveitar e aperfeiçoar experiências de conservação construídas no Estado, inclusive modelos que conciliem preservação, pesquisa, atividades produtivas sustentáveis e geração de oportunidades para as comunidades.

A recuperação ambiental deverá priorizar também áreas que exerçam função estratégica na proteção de mananciais e bacias responsáveis pelo abastecimento das cidades e pela disponibilidade de água para a produção.

Tecnologia e monitoramento deverão contribuir para identificar pressões ambientais, orientar ações de prevenção e fiscalização e apoiar decisões de conservação e recuperação.

Universidades, instituições de pesquisa, produtores, municípios, organizações da sociedade e setor privado deverão participar da construção de soluções, ampliando o conhecimento sobre o Cerrado e sua aplicação na conservação, recuperação e utilização sustentável de seus recursos.

A biodiversidade do Cerrado deverá ser reconhecida também como fonte de conhecimento e de oportunidades para pesquisa, bioeconomia e desenvolvimento de novos produtos e atividades, garantindo que sua utilização ocorra de forma sustentável e gere benefícios para Goiás.

Preservar não significará impedir o desenvolvimento, mas proteger o patrimônio natural que sustenta a vida, a produção e o próprio desenvolvimento de Goiás.

38 Preparar Goiás para os efeitos das mudanças climáticas

Fortalecer a capacidade estadual de prevenção, monitoramento e resposta aos riscos associados às mudanças do clima e aos eventos extremos, aproveitando e aperfeiçoando as estruturas, informações e instrumentos já existentes no Estado.

A prevenção e o enfrentamento dos incêndios florestais deverão receber atenção permanente, com integração entre meio ambiente, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, segurança pública, municípios e produtores rurais, utilizando monitoramento, tecnologia e planejamento para identificar riscos e permitir atuação rápida e eficaz.

O planejamento para eventos extremos deverá estar articulado também às políticas de saúde, recursos hídricos, agricultura e infraestrutura, considerando seus efeitos sobre a população, o abastecimento de água, a produção, as rodovias, as cidades e os serviços essenciais.

Os municípios deverão receber apoio técnico para conhecer seus principais riscos, aprimorar seus planos de prevenção e resposta e preparar suas estruturas para situações de emergência.

Mais do que reagir depois dos eventos, a prioridade será conhecer os riscos, prevenir seus efeitos e preparar o poder público e a população para responder com rapidez quando necessário.

39 Modernizar o licenciamento ambiental com agilidade e segurança

Aprimorar os procedimentos de licenciamento ambiental sob responsabilidade estadual, tornando-os mais claros, previsíveis e proporcionais aos riscos e impactos de cada atividade, com critérios técnicos, transparência e segurança jurídica para a sociedade e para quem produz e investe.

Tecnologia, integração de informações e padronização de procedimentos deverão contribuir para reduzir atrasos e retrabalho, ampliar a transparência e o acompanhamento dos processos e permitir que a capacidade técnica do Estado seja direcionada para as situações que exijam maior análise e acompanhamento.

O Estado deverá buscar maior integração entre os órgãos envolvidos, evitando exigências repetidas, divergências de procedimentos e etapas desnecessárias, sem afastar as competências e responsabilidades de cada área.

Prazos e procedimentos deverão ser compatíveis com a complexidade e o impacto de cada atividade, permitindo maior agilidade nos casos de menor risco e análise técnica mais aprofundada nas situações que possam produzir impactos ambientais relevantes.

Modernizar o licenciamento não significará flexibilizar a proteção ambiental. Significará tornar o processo mais eficiente, técnico e previsível, concentrando o controle onde ele é efetivamente necessário.

Um bom sistema ambiental deve oferecer segurança tanto à sociedade quanto a quem pretende produzir e investir de forma responsável.

40 Avançar na economia circular e valorizar quem conserva

Apoiar municípios, empresas, cooperativas e comunidades na ampliação da reciclagem, da coleta seletiva, do reaproveitamento de materiais e da redução de resíduos destinados à disposição final, reaproveitamento de materiais, redução de resíduos e desenvolvimento de soluções de economia circular.

A política deverá estimular a transformação de resíduos e subprodutos em novos insumos, produtos, energia e oportunidades econômicas, sempre que técnica e ambientalmente viável, fortalecendo cadeias de reciclagem e atividades capazes de gerar trabalho e renda.

O Estado deverá apoiar a estruturação das cadeias de reciclagem e reconhecer o papel das cooperativas e dos trabalhadores que atuam na coleta, separação e reaproveitamento de materiais, ampliando sua participação nesse processo.

Goiás deverá ampliar e aperfeiçoar o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PEPSA), implantado durante os governos de Marconi Perillo, fortalecendo o reconhecimento econômico de quem contribui para a proteção e a recuperação dos recursos naturais.

A política deverá estar orientada a resultados ambientais concretos, especialmente na proteção de nascentes e mananciais, da vegetação nativa e da biodiversidade, além da recuperação de áreas degradadas consideradas estratégicas.

Reconhecer o valor de quem conserva é também criar condições para que a preservação gere benefícios duradouros para toda a sociedade.

A proteção ambiental será mais duradoura quando conservar também significar oportunidade, renda, inovação e desenvolvimento sustentável.

O compromisso com a sustentabilidade

Nosso compromisso será superar a ideia de que Goiás precisa escolher entre produzir ou preservar.

O Estado precisa fazer as duas coisas – e fazê-las cada vez melhor.

Uma política ambiental moderna deverá proteger recursos naturais, essenciais à vida e ao desenvolvimento de Goiás, e oferecer segurança para o desenvolvimento responsável. Ciência, tecnologia, planejamento e informação deverão ampliar a capacidade do Estado de prevenir riscos, proteger o meio ambiente e tornar sua atuação mais eficiente e previsível.

A água será tratada como recurso estratégico, e a proteção do Cerrado, patrimônio natural e símbolo de Goiás, deverá estar associada à conservação da biodiversidade, à recuperação de áreas degradadas e à geração de conhecimento e novas oportunidades de desenvolvimento sustentável.

Também deverá reconhecer que os efeitos ambientais não respeitam limites administrativos. Água, incêndios, eventos climáticos extremos, biodiversidade e resíduos exigem cooperação entre Estado, municípios, sociedade, universidades, instituições de pesquisa e setor produtivo.

Essa integração deverá alcançar também as políticas de agropecuária, infraestrutura, saneamento, saúde, desenvolvimento econômico e defesa civil, permitindo antecipar riscos e construir respostas antes que problemas ambientais se transformem em crises sociais ou econômicas.

Por isso, os resultados não serão avaliados apenas pela quantidade de processos analisados ou ações realizadas. Será necessário verificar se protegemos melhor nossos recursos hídricos; se recuperamos áreas importantes; se o Cerrado e suas unidades de conservação estão mais protegidos e valorizados; se reduzimos vulnerabilidades; se os municípios estão mais preparados para eventos extremos; se quem conserva encontra reconhecimento e incentivo; se a gestão ambiental se tornou mais eficiente e segura; e se desenvolvimento e conservação passaram a caminhar de forma cada vez mais integrada.

A pergunta central será:

Goiás está protegendo a água, o Cerrado e seus recursos naturais, reduzindo riscos e criando condições para que desenvolvimento e conservação avancem juntos?

Essa será a medida essencial do nosso compromisso com a sustentabilidade.

4.8 Desenvolvimento Social, Habitação e Cidadania

Proteger quem precisa e criar caminhos para autonomia e oportunidades

O desafio

O desenvolvimento de Goiás somente será completo se seus benefícios alcançarem todas as pessoas.

Mesmo em uma economia que cresce e gera oportunidades, parte da população pode enfrentar situações de pobreza, insegurança alimentar, desemprego, moradia precária, deficiência, violência, ausência de moradia adequada ou dificuldades de acesso a serviços e direitos. Essas vulnerabilidades muitas vezes se acumulam e exigem respostas que ultrapassam a atuação isolada de uma única política pública.

Goiás já demonstrou que é possível construir políticas sociais capazes de chegar diretamente a quem precisa. Nos governos de Marconi Perillo foram implantados e consolidados programas que marcaram a política social do Estado e transformaram vidas, como o Renda Cidadã, o Cheque Moradia, a Bolsa Universitária, o Banco do Povo, o Restaurante Cidadão e o Jovem Cidadão.

Esse legado deverá ser retomado, atualizado e aperfeiçoado. Programas que deram resultado não serão abandonados apenas para receber novos nomes. Serão modernizados e integrados às demais políticas públicas, preservando sua finalidade e adequando sua atuação às necessidades atuais da população.

A proteção social continuará sendo indispensável para amparar pessoas e famílias nos momentos em que mais precisam do Estado. Mas proteger não significa apenas transferir renda ou atender uma necessidade imediata. Significa também articular assistência social, educação, saúde, habitação, qualificação profissional, trabalho e acesso ao crédito para que a proteção possa abrir caminhos para a autonomia.

A habitação deverá ocupar lugar central nessa estratégia. A experiência do Cheque Moradia deverá ser retomada e atualizada, ampliando as possibilidades de acesso à moradia, reforma e melhoria habitacional, em articulação com saneamento, infraestrutura e regularização.

Também será necessário reconhecer necessidades diferentes ao longo da vida. Primeira infância, juventude, mulheres, pessoas idosas e pessoas com deficiência enfrentam desafios específicos que precisam ser considerados pelas políticas públicas.

O desafio será, portanto, combinar proteção e autonomia, direitos e oportunidades, cuidado e inclusão, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

Nossa direção para 2030

Queremos construir em Goiás uma política social integrada, próxima das pessoas e capaz de acompanhar as diferentes necessidades das famílias, utilizando também a experiência de políticas que já transformaram vidas no Estado.

A atuação do Estado deverá aproximar assistência social, segurança alimentar, habitação, cidadania, qualificação, trabalho, acesso ao crédito e proteção de direitos, evitando atendimentos isolados para problemas que muitas vezes estão relacionados.

A prioridade será chegar às pessoas que mais precisam, especialmente aquelas que encontram maiores dificuldades para acessar políticas e serviços públicos, com identificação das vulnerabilidades, acompanhamento e encaminhamento para as respostas adequadas em cada situação.

Tecnologia e integração de informações deverão contribuir para que o Estado conheça melhor as necessidades das famílias, evite sobreposições, identifique quem ainda não está sendo alcançado e acompanhe os resultados das políticas sociais.

A proteção oferecida pelo Estado deverá estar conectada, sempre que possível, à educação, à qualificação, ao trabalho, ao empreendedorismo e à geração de renda, criando condições para que as famílias avancem em direção à autonomia.

Nossa direção será:

proteger quem precisa, transformar políticas sociais em caminhos de autonomia e fazer com que o desenvolvimento alcance todas as famílias goianas.

NOSSOS COMPROMISSOS

41 Fortalecer a proteção social e a segurança alimentar

Garantir atendimento às famílias e pessoas em situação de pobreza, insegurança alimentar, abandono, violência ou outras formas de vulnerabilidade, priorizando aquelas que mais precisam da presença do Estado.

Retomar e atualizar o Renda Cidadã, criado nos governos de Marconi Perillo e responsável por marcar a política de proteção social de Goiás, utilizando tecnologia e integração de informações para aprimorar a identificação e o acompanhamento das famílias atendidas.

Na segurança alimentar, recuperar e ampliar o Restaurante Cidadão, também criado nos governos de Marconi Perillo, expandindo o acesso à alimentação de qualidade e a preços acessíveis, especialmente para a população em maior vulnerabilidade.

A atuação estadual deverá ser articulada com os municípios e com as redes locais fortalecendo a busca ativa para alcançar pessoas e famílias que ainda estejam fora da proteção social.

A proteção deverá chegar primeiro a quem mais precisa.

42 Transformar proteção social em caminhos para autonomia

Integrar, sempre que possível, a proteção social a oportunidades de qualificação, emprego, empreendedorismo e geração de renda, criando caminhos para que pessoas e famílias possam, de acordo com suas condições, avançar progressivamente em direção à autonomia.

Essa atuação deverá recuperar e atualizar experiências dos governos de Marconi Perillo que aproximaram política social e oportunidade, como o Banco do Povo e o Jovem Cidadão, articulando-as às novas demandas do mercado de trabalho, à qualificação profissional e ao desenvolvimento das diferentes regiões.

A política estadual deverá aproximar a rede de assistência das empresas, das políticas de emprego, das instituições de ensino e qualificação e dos instrumentos de apoio ao empreendedorismo, permitindo que as oportunidades cheguem também às pessoas que encontram maior dificuldade para acessá-las.

Para os jovens, a prioridade será ampliar as possibilidades de qualificação, primeira experiência profissional e ingresso no mercado de trabalho, criando alternativas concretas para o início de sua trajetória profissional.

A CNH Social deverá ser mantida e ampliada, garantindo acesso gratuito à primeira habilitação para pessoas de baixa renda, especialmente quando a habilitação puder contribuir para oportunidades de trabalho e geração de renda.

A proteção social não será condicionada à obtenção de emprego. Quem precisar de proteção será protegido; quem tiver condições de avançar deverá encontrar no Estado caminhos para fazê-lo.

43 Ampliar o acesso à moradia digna e à regularização fundiária

Retomar o Cheque Moradia, atualizado para as necessidades atuais, ampliando as possibilidades de acesso à casa própria, reforma e melhoria das moradias.

A política habitacional deverá combinar recursos e parcerias com municípios, União e setor privado para ampliar sua capacidade de atendimento e alcançar famílias nas diferentes regiões de Goiás.

Os projetos deverão considerar, desde sua implantação, acesso a saneamento, infraestrutura urbana, mobilidade e serviços essenciais, para que a política habitacional não se limite à entrega da unidade habitacional.

Ampliar a regularização fundiária, recuperando a experiência do Casa Legal - Sua Escritura na Mão, para avançar na titulação e garantir segurança jurídica às famílias sobre os imóveis onde vivem.

A política habitacional deverá alcançar também as comunidades rurais e tradicionais, incluindo assentamentos, comunidades quilombolas e o povo calunga, considerando suas necessidades de moradia, regularização, água, saneamento, energia e infraestrutura e respeitando seus modos de vida e identidade cultural.

Moradia digna significa casa, segurança, infraestrutura e pertencimento à cidade.

44 Ampliar o acesso a direitos, serviços públicos e cidadania

Garantir que os direitos reconhecidos pela legislação possam ser exercidos na prática, reduzindo barreiras físicas, digitais, territoriais e de informação que ainda dificultam o acesso de parte da população aos serviços públicos.

O Vapt Vupt, criado no primeiro governo de Marconi Perillo e transformado em referência de atendimento ao cidadão, deverá continuar sendo modernizado, preservando sua característica essencial: reunir serviços, simplificar procedimentos e facilitar a vida das pessoas. A expansão do atendimento presencial deverá ser combinada com serviços digitais acessíveis, sem excluir quem tenha dificuldade de utilizar novas tecnologias.

A experiência de atendimento especializado aos idosos, também desenvolvida nos governos de Marconi Perillo, deverá ser retomada e ampliada com o Vapt Vupt do Idoso, reunindo em um mesmo espaço serviços e orientações voltados às necessidades dessa população e facilitando o acesso a direitos, benefícios e atendimentos públicos.

As políticas destinadas às pessoas com deficiência deverão ampliar acessibilidade e inclusão na educação, saúde, qualificação, trabalho, cultura, esporte, transporte e serviços públicos, promovendo maior autonomia e participação na vida social.

O Estado deverá assegurar atendimento digno e acessível às populações que enfrentem maior vulnerabilidade ou dificuldades para exercer seus direitos, aproximando serviços e documentação de quem mais encontra obstáculos para chegar até eles.

Cidadania significa encontrar um Estado acessível, simples e presente quando o cidadão precisa dele.

45 Cuidar das pessoas em todas as fases da vida

Organizar as políticas públicas considerando que as necessidades de cuidado, proteção, desenvolvimento e autonomia se modificam ao longo da vida, articulando diferentes áreas do Governo para oferecer respostas adequadas a cada etapa.

Na primeira infância, será instituída a Autoridade Estadual da Primeira Infância e elaborado o Plano Estadual da Primeira Infância, compromissos já assumidos por Marconi Perillo, integrando saúde, educação, assistência social e proteção de direitos e estabelecendo prioridades e acompanhamento permanente das políticas destinadas às crianças de zero a seis anos.

Crianças, adolescentes e jovens deverão contar com oportunidades de aprendizagem, cultura, esporte, convivência, formação e proteção contra violências, com atenção especial às situações que possam comprometer seu desenvolvimento e seu futuro.

As políticas para mulheres deverão considerar as diferentes realidades vividas ao longo da vida, articulando proteção, saúde, qualificação, trabalho, empreendedorismo, crédito e habitação, com atenção especial às mães solo, mães atípicas, mulheres em situação de vulnerabilidade, mulheres rurais e idosas.

Para as pessoas idosas, Goiás deverá recuperar e ampliar uma política de cuidado, convivência e proteção que já marcou os governos de Marconi Perillo, valorizando experiências como a Vila Vida, o Complexo Gerontológico Sagrada Família e os centros de convivência. Essa rede deverá estar articulada ao Vapt Vupt do Idoso e às políticas de saúde, assistência social, moradia e proteção contra violência e abandono.

O envelhecimento deverá ser tratado também pela perspectiva da autonomia e da participação. Pessoas idosas que mantenham independência deverão encontrar oportunidades de convivência, cultura, esporte, inclusão digital e participação social; aquelas que necessitem de maior cuidado deverão contar com acolhimento e acompanhamento compatíveis com suas necessidades.

As pessoas com deficiência deverão ter suas necessidades consideradas transversalmente nas políticas públicas, com acessibilidade, atendimento adequado e condições efetivas de participação na educação, no trabalho, na cultura, no esporte e na vida social.

Goiás manterá atenção permanente às pessoas contaminadas, irradiadas e expostas em decorrência do acidente com o Césio-137. O Governo deverá assegurar o acompanhamento de suas necessidades de saúde e a proteção dos direitos legalmente reconhecidos.

O objetivo será construir um Estado que reconheça que:

Cuidar das pessoas ao longo da vida significa reconhecer que cada fase apresenta necessidades diferentes e que o Estado precisa estar preparado para responder a elas.

O compromisso com a inclusão e a cidadania

Nosso compromisso será recuperar o que deu resultado, aperfeiçoar a proteção social e fazer com que o Estado esteja presente de forma efetiva na vida de quem mais precisa.

Proteção social, segurança alimentar, habitação, cidadania e acesso a direitos deverão funcionar de forma integrada, considerando as necessidades de cada pessoa e família e as diferentes realidades encontradas ao longo da vida.

O Estado deverá ser capaz de identificar situações de vulnerabilidade, alcançar quem ainda permanece fora das políticas públicas e oferecer respostas que não se limitem à necessidade imediata, mas contribuam, sempre que possível, para melhorar de forma duradoura as condições de vida das famílias.

Isso significa garantir alimento para quem tem fome, moradia para quem precisa, acolhimento para quem necessita de cuidado, acesso aos serviços públicos e condições para que educação, qualificação, trabalho, crédito e empreendedorismo possam abrir novos caminhos.

A política social não será medida apenas pela quantidade de benefícios concedidos ou atendimentos realizados. Será necessário verificar se a insegurança alimentar diminuiu; se mais famílias conquistaram moradia adequada e segurança sobre seus imóveis; se crianças, mulheres, idosos e pessoas com deficiência encontram proteção e atendimento compatíveis com suas necessidades; se os serviços públicos estão mais acessíveis; e se mais pessoas conseguiram melhorar suas condições de vida.

As diferenças entre os territórios também deverão orientar a atuação do Estado. Regiões metropolitanas, pequenos municípios, áreas rurais e comunidades tradicionais possuem necessidades distintas, que exigem planejamento, presença do poder público e cooperação permanente com os municípios.

Ao final, nossa pergunta será:

Goiás está conseguindo proteger quem mais precisa e transformar políticas sociais em melhores condições de vida, dignidade, cidadania e autonomia para as pessoas?

Essa será a medida essencial do nosso compromisso social.

4.9 Cultura, Esporte e Turismo

Valorizar nossa identidade, ampliar oportunidades e transformar potencial em desenvolvimento

O desafio

Goiás possui um patrimônio cultural, histórico, natural e humano que constitui uma de suas maiores riquezas. Tradições, festas, manifestações populares, patrimônio histórico, música, artes, gastronomia, artesanato, paisagens, religiosidade e diversidade regional ajudam a construir a identidade goiana e oferecem oportunidades para cultura, turismo e economia criativa.

O desafio é fazer com que esse patrimônio seja cada vez mais preservado, valorizado, acessível e capaz de gerar oportunidades.

Goiás já demonstrou sua capacidade de construir uma política cultural reconhecida nacionalmente. Nos governos de Marconi Perillo foram criados, implantados ou consolidados equipamentos, instituições e eventos que marcaram a cultura goiana, como o Centro Cultural Oscar Niemeyer, o FICA, o Canto da Primavera, a Vila Cultural Cora Coralina e o fortalecimento do Instituto Basileu França e da Orquestra Filarmônica de Goiás. Esse patrimônio cultural e institucional deverá ser preservado, valorizado e preparado para uma nova etapa.

A produção cultural e o acesso às atividades culturais ainda apresentam diferenças entre regiões e municípios. Artistas, produtores, artesãos e empreendedores criativos enfrentam dificuldades de profissionalização, circulação e acesso a mercados. O desafio será também fazer com que equipamentos, festivais, formação artística e instrumentos de incentivo alcancem e revelem talentos das diferentes regiões do Estado.

No esporte, será necessário ampliar oportunidades de iniciação e prática esportiva e recuperar a capacidade de Goiás de formar e desenvolver atletas, utilizando e valorizando estruturas construídas nos governos de Marconi Perillo, como o Centro de Excelência do Esporte. O esporte deverá estar articulado também à educação, à saúde e à inclusão, desde a iniciação esportiva até o alto rendimento e profissionalização de atletas.

O turismo, por sua vez, possui grande potencial para gerar emprego e renda em diferentes regiões, mas depende de destinos estruturados, qualificação, promoção, conectividade e integração entre atrativos, serviços e experiências. Goiás reúne destinos de natureza, águas termais, patrimônio histórico, turismo religioso, rural, cultural e de negócios que precisam ser tratados como parte de uma estratégia permanente de desenvolvimento regional.

Cultura, esporte e turismo não deverão funcionar como políticas isoladas. Festivais movimentam o turismo; patrimônio preservado fortalece destinos; esporte gera eventos e circulação de pessoas; gastronomia, artesanato e manifestações culturais criam identidade e oportunidades econômicas.

O desafio será transformar identidade, talento, patrimônio e diversidade territorial em desenvolvimento humano, geração de renda e novas oportunidades para os goianos.

Nossa direção para 2030

Queremos um Goiás que reconheça sua cultura e sua identidade como patrimônios fundamentais e, ao mesmo tempo, utilize seu potencial cultural, esportivo e turístico para gerar desenvolvimento, oportunidades e qualidade de vida em todas as regiões.

A política cultural deverá preservar memória e patrimônio, apoiar quem produz cultura formar e revelar novos talentos e ampliar a circulação e o acesso às manifestações culturais nos municípios.

O esporte deverá alcançar mais crianças, jovens e comunidades, articulando iniciação esportiva, formação de atletas, saúde e inclusão e aproveitando melhor as estruturas existentes para recuperar a capacidade de Goiás de desenvolver talentos também para o esporte de alto rendimento.

O turismo deverá ser estruturado a partir das características dos territórios, transformando o potencial de cada região em destinos mais preparados, conhecidos e capazes de receber visitantes, conectando natureza, cultura, gastronomia, religiosidade, meio rural, eventos e negócios a serviços de qualidade e geração de renda.

E a economia criativa deverá ampliar as possibilidades para que artistas, artesãos, produtores, profissionais da cultura e empreendedores transformem talento e conhecimento em atividade econômica, novos negócios e acesso a mercados.

Essas políticas deverão atuar de forma integrada. Cultura e patrimônio fortalecem o turismo; eventos culturais e esportivos movimentam cidades e regiões; turismo amplia mercados para gastronomia, artesanato e produção local; e formação e criatividade abrem novas oportunidades para os goianos.

Nossa direção será:

valorizar aquilo que Goiás é, revelar seus talentos e transformar cultura, esporte e turismo em desenvolvimento e oportunidades em todas as regiões do Estado.

NOSSOS COMPROMISSOS

46 Preservar e valorizar a identidade e o patrimônio de Goiás

Fortalecer a preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial, da memória histórica, das tradições e das manifestações que expressam a diversidade cultural do Estado.

A política deverá apoiar a conservação e a utilização responsável dos bens culturais, contribuindo para que o patrimônio permaneça vivo e acessível às novas gerações.

Festas tradicionais, manifestações populares, patrimônio histórico, saberes, fazeres e expressões culturais das diferentes regiões deverão ser reconhecidos como parte da identidade goiana, com atenção a manifestações que atravessam gerações e projetam a cultura de Goiás, como as Cavalhadas, preservando sua tradição e fortalecendo sua realização nos municípios.

O Estado deverá preservar e valorizar equipamentos, instituições e iniciativas culturais que ajudaram a projetar Goiás e ampliar o acesso da população à cultura, recuperando sua capacidade de formação, produção e difusão cultural.

Preservar esse patrimônio significa proteger a memória coletiva e, simultaneamente, criar possibilidades para educação, turismo, economia criativa e desenvolvimento local.

Conhecer e valorizar nossa história também é uma forma de construir o futuro.

47 Fortalecer a produção cultural e a economia criativa

Apoiar artistas, produtores culturais, artesãos, empreendedores e demais profissionais das cadeias criativas, ampliando oportunidades de formação, produção, circulação e acesso a mercados.

Fortalecer a formação artística e a identificação de novos talentos, com atenção especial ao Basileu França, ampliando o acesso às bolsas para estudantes que se destaquem em sua trajetória de formação, inclusive crianças hoje não alcançadas pelos critérios etários, e atualizando os valores dos benefícios. A política deverá assegurar oportunidades mais inclusivas e critérios transparentes de acesso, preservando a excelência que tornou a instituição referência dentro e fora de Goiás.

Valorizar e fortalecer iniciativas que projetaram a cultura goiana, como o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental - FICA, estimulando sua capacidade de reunir produção cultural, formação, intercâmbio e projeção de Goiás.

A política estadual deverá estimular a profissionalização e o empreendedorismo cultural e facilitar conexões entre criatividade, tecnologia, inovação e novas formas de produção e distribuição.

Artes visuais, música, audiovisual, literatura, artesanato, design, gastronomia e outras atividades criativas possuem potencial para gerar trabalho, renda e novos negócios.

O objetivo será reconhecer que cultura possui valor artístico e simbólico, mas também pode constituir atividade econômica capaz de gerar oportunidades.

Valorizar a cultura significa também valorizar as pessoas que criam, produzem, preservam e ajudam a projetar a identidade e os talentos de Goiás.

48 Ampliar o acesso à cultura em todas as regiões

Ampliar a descentralização das políticas culturais, estimulando atividades, circulação artística e acesso à cultura nos municípios e regiões do interior.

A atuação estadual deverá apoiar a formação de redes, circuitos e parcerias que permitam a circulação de artistas e produções culturais, a formação de novos talentos e o melhor aproveitamento dos equipamentos e espaços existentes.

Experiências que ajudaram a descentralizar e projetar a produção cultural goiana, como o Canto da Primavera, deverão ser valorizadas e fortalecidas, ampliando sua capacidade de movimentar artistas, municípios e diferentes expressões culturais.

A política cultural deverá reconhecer e valorizar a diversidade das comunidades que contribuíram para a formação social e cultural de Goiás, inclusive aquelas constituídas por pessoas vindas de diferentes regiões do Brasil e que aqui preservam e renovam suas tradições.

O Estado apoiará, por meio de mecanismos transparentes de fomento e parceria, festas, festivais, encontros e outras manifestações que promovam suas tradições, expressões artísticas, música, dança, gastronomia e memória cultural, fortalecendo a identidade, a convivência e o sentimento de pertencimento.

Também deverá priorizar e ampliar oportunidades para artistas, grupos e novos talentos locais, permitindo que a produção cultural das diferentes regiões encontre espaços de formação, apresentação e circulação.

A cultura deverá chegar a todo o Estado e, ao mesmo tempo, criar caminhos para que aquilo que é produzido no interior possa circular e alcançar novos públicos.

49 Fortalecer o esporte como instrumento de desenvolvimento, saúde e inclusão

Fortalecer o esporte educacional e comunitário, a iniciação esportiva, o paradesporto e ações que ampliem oportunidades de prática esportiva para crianças, jovens e comunidades.

A política deverá estimular o esporte como instrumento de formação, convivência, saúde, disciplina, inclusão e desenvolvimento humano, fortalecendo sua articulação com escolas, municípios, organizações esportivas e comunidades.

Goiás deverá recuperar sua capacidade de identificar, formar e apoiar talentos esportivos, criando caminhos para que atletas possam avançar da iniciação ao alto rendimento e tenham condições de desenvolver suas trajetórias no próprio Estado.

O Centro de Excelência do Esporte deverá ser valorizado e fortalecido como estrutura estratégica dessa política, ampliando sua utilização para formação, treinamento, competições e desenvolvimento de atletas e do paradesporto.

Equipamentos esportivos existentes deverão ter maior utilização pela população e pelos projetos de iniciação e formação, evitando estruturas subutilizadas e integrando o e a população.

Os centros e espaços esportivos comunitários deverão ser fortalecidos e ampliados, com atenção também às pessoas idosas, oferecendo atividades físicas orientadas, esporte, convivência e ações voltadas ao envelhecimento ativo e à qualidade de vida, em articulação com as políticas de saúde e assistência social.

O esporte deverá estar presente desde a iniciação até o alto rendimento, oferecendo oportunidades para quem pratica, condições para quem demonstra talento e inclusão para quem encontra no esporte um caminho de desenvolvimento e transformação de vidas.

50 Fazer do turismo um motor de desenvolvimento regional

Fortalecer destinos, rotas e experiências turísticas a partir das vocações e características das diferentes regiões de Goiás, tratando o turismo como atividade econômica capaz de gerar emprego, renda e desenvolvimento local.

O Estado deverá estimular a integração entre atrativos, infraestrutura, serviços, qualificação, promoção e empreendedorismo local, buscando melhorar a experiência dos visitantes, ampliar sua permanência nos destinos e fazer com que uma parcela maior da renda gerada pelo turismo permaneça nas comunidades.

Turismo de natureza, cultural, religioso, gastronômico, rural, de eventos, negócios e outras vocações deverão ser desenvolvidos de acordo com o potencial de cada região, fortalecendo destinos e experiências já reconhecidos, como o Vale do Araguaia, as águas termais, a Chapada dos Veadeiros, Pirenópolis, a cidade de Goiás e Trindade, ao mesmo tempo em que novas rotas e destinos deverão receber condições para se desenvolver.

Rotas que integrem diferentes municípios deverão receber atenção especial, articulando infraestrutura, sinalização, segurança, serviços e promoção. O Caminho de Cora Coralina, idealizado em 2013 e inaugurado em 2018, deverá ser valorizado como experiência que conecta patrimônio histórico, cultura, natureza, gastronomia e diferentes municípios goianos.

O calendário turístico deverá valorizar eventos e manifestações capazes de movimentar as economias locais ao longo do ano, articulando cultura, esporte, gastronomia, religiosidade e turismo e fortalecendo iniciativas tradicionais já reconhecidas pelos goianos e pelos visitantes.

A política de turismo deverá atuar de forma transversal com infraestrutura, meio ambiente, cultura, segurança, qualificação profissional e desenvolvimento econômico, porque um destino somente se consolida quando o visitante encontra condições adequadas para chegar, permanecer, circular e retornar.

O objetivo será transformar o potencial turístico de Goiás em destinos estruturados, maior permanência dos visitantes, geração de renda e desenvolvimento para as diferentes regiões, preservando o patrimônio cultural e natural que sustenta essa atividade.

O compromisso com a identidade e as oportunidades

Nosso compromisso será valorizar aquilo que Goiás construiu, preservar sua identidade e criar condições para que cultura, esporte e turismo alcancem mais pessoas e contribuam para o desenvolvimento das diferentes regiões.

Isso significa preservar nosso patrimônio e nossas tradições, formar e apoiar talentos, ampliar o acesso à cultura e ao esporte e transformar o potencial turístico do Estado em atividade econômica capaz de gerar trabalho e renda.

Essas políticas deverão atuar de forma integrada aos territórios. Cultura e patrimônio fortalecem destinos; eventos movimentam cidades; esporte promove saúde, inclusão e revela talentos; turismo amplia mercados para gastronomia, artesanato, produção cultural e pequenos negócios.

O desenvolvimento dessas atividades deverá também valorizar quem mantém vivas as tradições, quem produz cultura, quem se dedica ao esporte e quem empreende a partir das riquezas culturais e naturais de Goiás.

Os resultados não serão medidos apenas pela quantidade de eventos realizados, projetos apoiados ou visitantes recebidos. Será necessário verificar se ampliamos o acesso, preservamos nosso patrimônio, revelamos novos talentos, fortalecemos os destinos turísticos e fizemos com que essas atividades gerassem mais oportunidades nas diferentes regiões.

A pergunta central será:

Goiás está valorizando sua identidade e transformando seu patrimônio, seus talentos e suas potencialidades em desenvolvimento e oportunidades para os goianos?

Essa será a medida essencial do nosso compromisso.

4.10 Governança e Gestão Pública

Um Estado mais simples, inteligente, eficiente e próximo das pessoas

O desafio

A qualidade das políticas públicas depende também da capacidade do Estado de transformar planejamento, decisões e recursos em resultados concretos para a sociedade.

Goiás já demonstrou que é possível inovar na gestão pública e mudar a relação entre Governo e cidadão. Experiências implantadas nos governos de Marconi Perillo, como o Vapt Vupt, mostraram que simplificação, integração de serviços e foco no atendimento podem transformar a maneira como o Estado funciona e se relaciona com as pessoas. Esse princípio deverá orientar uma nova etapa de modernização da administração pública.

Um Governo pode possuir boas propostas e recursos disponíveis e, ainda assim, encontrar dificuldades para entregar melhores serviços quando processos são excessivamente burocráticos, órgãos trabalham de forma fragmentada, sistemas não se comunicam, informações não são adequadamente utilizadas ou não existe acompanhamento suficiente da execução e dos resultados das políticas públicas.

Cidadãos e empresas passaram a esperar do poder público a mesma facilidade, rapidez e disponibilidade. Não faz sentido exigir informações que o próprio Estado já possui, obrigar deslocamentos para procedimentos que possam ser resolvidos de forma segura por meios digitais ou manter etapas administrativas que não acrescentem segurança, controle ou qualidade ao serviço.

As transformações tecnológicas ampliam essas possibilidades. Dados, automação e inteligência artificial podem ajudar o Governo a planejar, integrar informações, reduzir tarefas repetitivas, identificar problemas e melhorar a prestação dos serviços, sempre com responsabilidade, segurança, transparência e proteção de direitos.

Modernizar a gestão também significa cuidar da qualidade do gasto público. Cada recurso utilizado pelo Estado deverá estar relacionado a uma finalidade clara, com acompanhamento da execução e avaliação dos resultados alcançados. Responsabilidade fiscal e eficiência administrativa serão condições para que o Governo tenha capacidade de investir e manter políticas públicas ao longo do tempo.

Nenhuma transformação será possível, entretanto, sem servidores valorizados, preparados e com condições adequadas para desempenhar suas funções. Tecnologia deverá apoiar o trabalho das pessoas, simplificar processos e ampliar a capacidade do Estado, e não substituir planejamento, conhecimento técnico e responsabilidade na tomada de decisões.

O desafio será construir um Estado mais simples para quem precisa dele, mais integrado por dentro, mais inteligente em suas decisões e cada vez mais eficaz e responsável na utilização dos recursos públicos.

Nossa direção para 2030

Queremos um Governo que funcione a partir das necessidades das pessoas e dos resultados que precisa entregar, e não da lógica interna de suas repartições.

O cidadão deverá encontrar serviços mais simples e integrados. Empresas deverão gastar menos tempo com burocracias desnecessárias. Órgãos públicos deverão compartilhar informações e trabalhar de forma coordenada, respeitados os limites legais e a proteção de dados, evitando que o cidadão tenha de resolver sozinho problemas que dependem da atuação de diferentes áreas do Estado.

Planejamento, orçamento e execução deverão estar conectados. Metas e prioridades deverão ser acompanhadas, permitindo identificar atrasos, corrigir problemas e avaliar se as políticas públicas estão efetivamente produzindo os resultados esperados.

Dados, tecnologia, automação e inteligência artificial deverão aumentar a capacidade de trabalho do Estado, melhorar decisões e liberar servidores de tarefas repetitivas para atividades que exijam conhecimento, análise e atendimento às pessoas.

Os servidores deverão ser valorizados e preparados para essa transformação, com qualificação, condições adequadas de trabalho, valorização das carreiras e instrumentos que permitam desempenhar melhor suas funções. A modernização do Estado deverá caminhar junto à valorização de quem presta o serviço público.

Modernização administrativa deverá caminhar junto com integridade, transparência, proteção de dados, controle, eficiência do gasto e responsabilidade fiscal.

Modernizar o Estado não significará simplesmente informatizar procedimentos antigos.

Significará construir um Governo capaz de planejar melhor, executar melhor, gastar com responsabilidade e entregar serviços que respeitem o tempo e as necessidades das pessoas.

NOSSOS COMPROMISSOS

51 Reduzir a burocracia e tornar o Estado mais simples

Revisar procedimentos, exigências e serviços estaduais para eliminar etapas desnecessárias, reduzir burocracia e tornar a relação das pessoas e das empresas com o Governo mais simples.

A simplificação deverá começar pela experiência de quem utiliza o serviço: quais informações são realmente necessárias, quantas etapas precisam ser cumpridas, quanto tempo o processo leva e o que pode ser integrado ou eliminado sem comprometer a segurança e o controle.

A experiência do Vapt Vupt, criado nos governos de Marconi Perillo e transformado em referência de atendimento integrado, deverá orientar uma nova etapa de simplificação do Estado, combinando atendimento presencial de qualidade, serviços digitais e integração entre órgãos.

O Governo deverá adotar como princípio não exigir do cidadão ou das empresas informações e documentos que já estejam disponíveis ao próprio Estado, sempre que o compartilhamento for legalmente permitido e realizado com segurança e proteção dos dados.

Processos relacionados à atividade econômica também deverão ser permanentemente revisados, reduzindo prazos e exigências desnecessárias e tornando mais simples a relação de quem pretende empreender, investir e produzir em Goiás.

Simplificar não significará eliminar controles necessários.

Significará retirar etapas que não agregam segurança ou qualidade e concentrar a capacidade do Estado naquilo que realmente precisa de análise, fiscalização e controle.

52 Construir um Governo digital e integrado

Ampliar progressivamente a oferta de serviços públicos digitais completos, permitindo que uma parcela cada vez maior das demandas possa ser iniciada, acompanhada e concluída de forma digital, reduzindo deslocamentos e tempo de espera.

A transformação digital deverá ser acompanhada pela integração dos sistemas e informações do Governo, permitindo que diferentes órgãos trabalhem de forma coordenada e utilizem, quando legalmente autorizado, informações já disponíveis no Estado.

Essa integração deverá ser acompanhada por uma política permanente de segurança da informação, proteção de dados pessoais e governança digital, com definição de responsabilidades, controle de acessos e utilização adequada das informações públicas.

O cidadão não deverá precisar conhecer a estrutura administrativa do Estado para descobrir qual órgão possui cada informação ou qual repartição deve procurar. Os serviços deverão ser organizados a partir das necessidades das pessoas, e não da divisão interna da administração pública.

A digitalização deverá também permitir maior acompanhamento dos serviços pelo cidadão, com informações claras sobre solicitações, prazos e andamento dos processos.

Ao mesmo tempo, serão preservadas alternativas de atendimento para quem tenha dificuldades de acesso ou utilização dos meios digitais, garantindo que a modernização amplie o acesso em vez de criar novas formas de exclusão.

Governo digital deverá significar um Estado mais acessível, integrado e fácil de utilizar.

53 Utilizar dados e inteligência artificial para melhorar decisões e serviços

Ampliar a utilização responsável de dados, automação, análise de informações e inteligência artificial para apoiar o planejamento, melhorar decisões, aumentar a capacidade de gestão e aperfeiçoar os serviços públicos.

Dados deverão ser utilizados para compreender melhor as necessidades da população, identificar diferenças entre regiões, antecipar problemas e orientar a aplicação dos recursos públicos onde possam produzir maior resultado.

Automação e inteligência artificial poderão contribuir para reduzir tarefas repetitivas, identificar padrões, apoiar análises, agilizar processos e oferecer melhores instrumentos de trabalho aos servidores, permitindo que conhecimento e capacidade técnica sejam direcionados às atividades que efetivamente necessitem de atuação humana.

O Governo deverá também ampliar a cooperação com universidades, instituições de pesquisa, startups, empresas e centros de tecnologia para desenvolver, testar e incorporar soluções inovadoras capazes de enfrentar problemas públicos e melhorar a prestação dos serviços.

A utilização dessas tecnologias deverá observar regras claras de governança, transparência, segurança e supervisão humana. Decisões que produzam efeitos relevantes sobre direitos das pessoas deverão possuir mecanismos de revisão, controle e responsabilização.

Tecnologia deverá apoiar decisões, não substituir a responsabilidade de quem decide.

54 Valorizar os servidores e fortalecer a capacidade de execução do Governo

Valorizar os servidores públicos e investir em sua formação, qualificação e desenvolvimento, fortalecendo as competências necessárias a uma administração eficiente, inovadora e capaz de transformar políticas públicas em resultados para a população.

A tecnologia deverá apoiar o trabalho dos servidores, reduzindo tarefas repetitivas e ampliando o tempo dedicado a atividades que exijam conhecimento, decisão, planejamento e atendimento às pessoas.

O Governo manterá diálogo permanente com as carreiras e retomará uma política de valorização do funcionalismo, com atenção à recomposição salarial, ao desenvolvimento profissional, às condições de trabalho e ao respeito aos direitos dos servidores ativos, aposentados e pensionistas.

Será revista a cobrança previdenciária de 14,25% incidente sobre aposentadorias e pensões, cumprindo o compromisso de acabar com essa cobrança e restabelecer um tratamento mais justo aos servidores que dedicaram sua vida profissional ao Estado.

O Ipasgo deverá voltar a ter o servidor como razão central de sua existência. O atual modelo será revisto, com fortalecimento da rede de atendimento, recuperação da qualidade dos serviços e adequação das cobranças que hoje oneram os servidores e seus dependentes.

Valorizar quem presta o serviço público é também fortalecer a capacidade do Estado de atender melhor a população.

55 Fortalecer a integridade, a eficiência e a transparência

Aprimorar os mecanismos de integridade, prevenção de riscos, controle interno, transparência e qualidade do gasto público, fortalecendo a capacidade do Estado de prevenir irregularidades e utilizar melhor os recursos da sociedade.

O Governo deverá fortalecer práticas destinadas a prevenir irregularidades, identificar riscos antes que se transformem em problemas, utilizando informações produzidas pelos órgãos de controle também para corrigir processos, aperfeiçoar políticas públicas e melhorar a gestão.

A transparência deverá avançar para além da divulgação de receitas e despesas. A sociedade deverá ter condições de acompanhar, de forma simples e acessível, as principais prioridades e compromissos do Governo, sua execução e os resultados alcançados.

Planejamento, orçamento, execução e avaliação deverão estar conectados também aos mecanismos de transparência e controle, permitindo identificar onde os recursos estão sendo aplicados e quais resultados estão produzindo para a população.

Eficiência não significará simplesmente gastar menos. Significará utilizar os recursos públicos com responsabilidade, estabelecer prioridades e buscar melhores resultados com aquilo que a sociedade entrega ao Estado.

Integridade, transparência e controle deverão proteger o patrimônio público, melhorar a qualidade da gestão e fortalecer a confiança da sociedade nas instituições.

O compromisso com um Estado que entrega

Governança não será uma política isolada das demais. Será a capacidade do Governo de transformar os compromissos apresentados neste Plano em resultados concretos para a população.

Isso exigirá planejamento, integração entre órgãos, servidores valorizados e preparados, responsabilidade na utilização dos recursos públicos e capacidade de acompanhar aquilo que está sendo executado.

Um Estado eficiente deverá ser simples para o cidadão e organizado por dentro. Deverá reduzir burocracias, integrar serviços, utilizar informações para tomar melhores decisões e corrigir problemas antes que eles comprometam a execução das políticas públicas.

Tecnologia, dados, automação e inteligência artificial serão instrumentos dessa transformação, sempre utilizados para resolver problemas, melhorar serviços e ampliar a capacidade de trabalho do Estado.

Modernizar não significará criar estruturas administrativas desnecessárias, multiplicar sistemas ou incorporar tecnologias apenas porque são novas. Cada mudança deverá responder a uma necessidade concreta e produzir melhoria perceptível para quem utiliza os serviços públicos ou para quem trabalha para entregá-los.

A qualidade da gestão também deverá ser medida pela capacidade de cumprir prioridades, executar investimentos, utilizar os recursos com responsabilidade, dar transparência aos resultados e manter políticas públicas capazes de funcionar ao longo do tempo.

Governar bem será fazer o Estado funcionar melhor: com planejamento, responsabilidade, servidores valorizados, instituições fortalecidas e foco permanente nas necessidades das pessoas.

Ao final, nossa pergunta será:

o Governo de Goiás está transformando seus recursos, sua capacidade de gestão e o trabalho de seus servidores em serviços melhores e resultados concretos para a população?

Essa será a medida essencial do nosso compromisso com a governança.

5. Pacto com os 246 Municípios

Goiás é formado por 246 municípios, diferentes em população, estrutura econômica, capacidade administrativa e desafios sociais. É nos municípios, porém, que as pessoas vivem e onde os resultados das políticas públicas precisam efetivamente chegar.

Por isso, a parceria com as administrações municipais será um princípio permanente do Governo.

A relação com os municípios será republicana, institucional e independente de filiação partidária. O Governo de Goiás será parceiro de todas as cidades, respeitando a autonomia municipal e as competências de cada ente.

Nenhum município será discriminado ou terá seu acesso ao Governo condicionado por razões político-partidárias.

Essa atuação conjunta será especialmente importante nas políticas que exigem atuação conjunta entre Estado e municípios, como saúde, educação, assistência social, habitação, saneamento, mobilidade, meio ambiente, defesa civil, desenvolvimento econômico e infraestrutura.

A divisão de competências não poderá servir como justificativa para que problemas permaneçam sem solução. Estado e municípios deverão compartilhar responsabilidades e construir respostas para aquilo que afeta diretamente a população.

Apoiar quem mais precisa de capacidade técnica

Os municípios goianos possuem capacidades administrativas muito diferentes. Enquanto alguns contam com equipes técnicas especializadas, outros enfrentam dificuldades para elaborar projetos, acessar programas, estruturar investimentos ou cumprir exigências administrativas.

O Estado deverá oferecer apoio técnico aos municípios que necessitem, especialmente na elaboração e estruturação de projetos, planejamento, captação de recursos e acesso a programas estaduais e federais.

A finalidade não será substituir a administração municipal, mas dar condições para que municípios com menor estrutura também possam transformar suas necessidades em projetos capazes de receber investimentos.

Nenhuma cidade deverá perder oportunidades simplesmente porque possui menor capacidade técnica ou administrativa.

Soluções regionais para problemas compartilhados

Muitos desafios ultrapassam os limites de uma única cidade.

Mobilidade, resíduos sólidos, saúde especializada, recursos hídricos, turismo, defesa civil, meio ambiente e infraestrutura são exemplos de áreas em que soluções compartilhadas podem produzir melhores resultados e utilizar recursos de forma mais eficiente.

Quando adequado, o Estado estimulará consórcios, arranjos regionais e outras formas de cooperação intermunicipal que permitam compartilhar capacidades, reduzir custos e melhorar serviços.

O que puder ser resolvido de maneira mais eficiente pela união de municípios deverá encontrar no Governo do Estado apoio para acontecer.

Desenvolvimento construído a partir dos territórios

A parceria com os municípios também será essencial para o desenvolvimento regional.

Cada região possui vocações, ativos, dificuldades e oportunidades diferentes. O Governo deverá ouvir municípios, setor produtivo e sociedade e articular infraestrutura, qualificação, investimentos e políticas públicas às características e necessidades de cada região.

As prioridades não serão definidas exclusivamente a partir de Goiânia. Planejamento e investimentos deverão considerar aquilo que cada região precisa para desenvolver suas potencialidades e melhorar a vida de sua população.

O desenvolvimento regional não será definido apenas a partir da capital.

Será construído com quem conhece, vive e produz em cada parte de Goiás.

Um pacto republicano por Goiás

O Pacto com os 246 Municípios não será um programa isolado.

Será uma forma de governar baseada em diálogo, respeito à autonomia municipal, cooperação e presença do Estado em todas as regiões.

Significará apoiar municípios com menor capacidade técnica, construir soluções compartilhadas quando os problemas ultrapassarem suas fronteiras, aproximar planejamento e investimentos das necessidades locais e assegurar tratamento institucional a todas as administrações municipais, independentemente de posição ou filiação partidária.

Nosso compromisso será:

governar para os 246 municípios, cooperar sem discriminação político-partidária e fazer com que investimentos, serviços públicos e oportunidades de desenvolvimento alcancem todas as regiões de Goiás.

6. Responsabilidade Fiscal, Resultados e Transparência

Planejar com responsabilidade, executar com eficiência e prestar contas à sociedade

Um plano de governo responsável precisa transformar compromissos em resultados concretos, com planejamento, definição de prioridades e utilização responsável dos recursos públicos.

Responsabilidade fiscal e desenvolvimento não são objetivos opostos. Contas equilibradas dão ao Estado condições para manter serviços, cumprir compromissos, realizar investimentos e responder às necessidades da população. Mas equilíbrio fiscal somente faz sentido quando se traduz em capacidade de governar e melhorar a vida das pessoas.

Nossa orientação será combinar responsabilidade fiscal, capacidade de investimento, qualidade do gasto, planejamento, acompanhamento de resultados e transparência.

Responsabilidade fiscal significa cuidar das contas públicas para preservar a capacidade do Estado de cumprir seus compromissos, investir e cuidar das pessoas.

Planejar e priorizar

Os compromissos deste Plano orientarão o planejamento governamental para o período de 2027 a 2030 e serão compatibilizados com o Plano Plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.

Sua implementação deverá considerar prioridades, custos, fontes de financiamento, capacidade de execução. O planejamento deverá organizar os compromissos ao longo dos quatro anos, estabelecendo prioridades e criando condições para que aquilo que foi assumido possa efetivamente ser realizado.

Obras, novos serviços e expansão de políticas deverão considerar não apenas os recursos necessários à implantação, mas também as condições para seu funcionamento e manutenção.

Planejar será escolher prioridades, organizar recursos e criar condições para transformar compromissos em entregas.

Preservar o equilíbrio e a capacidade de investir

O Governo buscará preservar o equilíbrio das contas públicas e, ao mesmo tempo, ampliar a capacidade de investimento necessária à retomada de projetos estratégicos e ao desenvolvimento de Goiás.

A criação ou ampliação de despesas permanentes deverá ser acompanhada de planejamento financeiro que permita sua continuidade, sem transformar responsabilidade fiscal em justificativa para abandonar políticas públicas, investimentos ou compromissos assumidos com a população.

A capacidade de investimento por meio da melhoria da gestão, da cooperação com a União e os municípios, da estruturação de projetos, de parcerias e de outras fontes legítimas de financiamento compatíveis com o interesse público.

O equilíbrio das contas será instrumento para que Goiás possa investir, prestar serviços, valorizar seus servidores e manter políticas públicas ao longo do tempo.

Gastar melhor para entregar mais

Eficiência não significa simplesmente gastar menos.

Significa definir prioridades, combater desperdícios e utilizar os recursos disponíveis onde possam produzir melhores resultados para a população.

O Governo buscará reduzir desperdícios e sobreposições, simplificar processos, melhorar contratações e utilizar tecnologia e informação para aumentar a produtividade da administração.

A manutenção do patrimônio público também fará parte dessa responsabilidade. Cuidar adequadamente de escolas, hospitais, rodovias, equipamentos e demais estruturas existentes protege investimentos já realizados pela sociedade e evita gastos maiores no futuro.

Gastar melhor será transformar recursos públicos em serviços, investimentos e resultados concretos para as pessoas.

Acompanhar resultados e prestar contas

Os compromissos deste Plano serão acompanhados ao longo do Governo.

Não será suficiente saber quanto foi gasto ou quantas ações foram realizadas. Será necessário verificar o que foi efetivamente entregue, quais compromissos avançaram e quais resultados foram produzidos para a população.

Esse acompanhamento deverá ajudar o Governo a identificar dificuldades, corrigir políticas, fortalecer aquilo que funciona e reavaliar iniciativas que não estejam produzindo os resultados esperados.

A sociedade deverá poder acompanhar, de forma clara e acessível, a execução das principais prioridades do Plano, conhecendo compromissos, andamento, entregas e resultados.

Transparência não será entendida apenas como disponibilização formal de documentos e dados. A informação pública deverá ser apresentada, sempre que possível, de maneira acessível e compreensível para cidadãos, imprensa, sociedade civil e órgãos de controle.

Quem governa deve explicar o que está fazendo, demonstrar os resultados e prestar contas à sociedade.

Responsabilidade para cumprir compromissos

Os compromissos apresentados neste Plano estabelecem uma direção para Goiás entre 2027 e 2030.

Sua implementação observará as condições fiscais, econômicas e institucionais existentes, a legislação aplicável, a disponibilidade de recursos e a capacidade de execução do Estado.

Responsabilidade não será utilizada para relativizar compromissos. Será a condição para estabelecer prioridades, encontrar os meios necessários e criar capacidade para cumpri-los.

Queremos um Governo capaz de planejar antes de gastar, definir prioridades, executar com eficiência, acompanhar resultados, corrigir problemas e prestar contas.

Um Governo que compreenda que responsabilidade fiscal e responsabilidade social precisam caminhar juntas; que equilíbrio deve preservar a capacidade de investir; que eficiência significa fazer melhor uso dos recursos; e que transparência é uma obrigação permanente de quem governa.

Nossa orientação será:

responsabilidade para planejar, capacidade para investir, eficiência para executar, resultados para transformar e transparência para prestar contas.

7. Compromisso Final - Goiás 2030

Um legado que se renova. Um futuro construído por todos.

Este Plano nasce de uma convicção: Goiás pode avançar ainda mais.

Pode crescer e ampliar oportunidades. Produzir mais e preservar seus recursos naturais. Incorporar novas tecnologias sem perder a dimensão humana. Modernizar o Governo sem se afastar das pessoas. Valorizar aquilo que construiu e, ao mesmo tempo, ter coragem para transformar o que precisa mudar.

- É esse o sentido de Goiás de Todos - Legado que Inova.
- Legado não é olhar para trás.
- É reconhecer conquistas, experiências e capacidades construídas ao longo do tempo e utilizá-las como base para seguir avançando.
- Inovação não é abandonar o que funciona.
- É aprender, incorporar conhecimento, enfrentar novos desafios e buscar soluções melhores para os problemas das pessoas.
- O futuro que propomos para Goiás reúne essas duas forças.

Goiás está diante de uma nova etapa de sua história. A quarta onda de desenvolvimento será a oportunidade de transformar o legado construído ao longo do tempo em novas capacidades, utilizando conhecimento, inovação e tecnologia para ampliar oportunidades, fortalecer a economia, melhorar os serviços públicos e levar desenvolvimento a todas as regiões.

- Um Estado que coloca as Pessoas no centro de suas escolhas.
- Que transforma crescimento em Prosperidade, trabalho, renda e oportunidades.
- Que conecta seu Território, reduz distâncias e permite que todas as regiões desenvolvam suas potencialidades.
- E que possui um Governo responsável, eficiente, inovador, íntegro e capaz de transformar compromissos em resultados.
- Essas quatro dimensões formam um único projeto.

Porque não existe desenvolvimento verdadeiro quando a economia cresce, mas as oportunidades não chegam às pessoas. Não existe prosperidade duradoura sem educação, saúde, segurança e proteção social. Não existe competitividade sem infraestrutura, conhecimento, inovação e sustentabilidade. E não existe boa política pública sem capacidade de execução, responsabilidade com os recursos públicos e respeito ao cidadão.

Goiás de todos

O Goiás que queremos construir pertence aos goianos.

A quem vive nas grandes cidades e nos pequenos municípios. A quem trabalha no campo e nas cidades. A quem empreende, produz, ensina, cuida, protege e presta serviços. Aos jovens que procuram sua primeira oportunidade e àqueles que ajudaram a construir o Estado ao longo de toda uma vida.

Governar para todos significa reconhecer essa diversidade e assegurar que nenhuma região seja esquecida e que as oportunidades do desenvolvimento possam alcançar as pessoas onde elas vivem.

- Por isso, nosso projeto é Goiás de Todos.
- Um Estado que reconhece sua história, mas olha para a frente.
- Que preserva o que funciona, corrige o que precisa melhorar e inova para responder aos desafios de um mundo em transformação.
- Que cresce com responsabilidade e transforma desenvolvimento em oportunidades.

- Que utiliza tecnologia sem perder o cuidado com as pessoas.
- Que valoriza suas vocações, protege seus recursos naturais e prepara suas regiões para o futuro.
- E que compreende que o poder público existe para servir à sociedade.

Nosso compromisso

Queremos chegar a 2030 com um Goiás mais humano, mais próspero, mais conectado, mais sustentável, mais inovador e mais preparado para o futuro.

Um Estado em que o desenvolvimento possa ser percebido na vida das pessoas, na força de quem trabalha e produz, nas oportunidades abertas aos jovens, na qualidade dos serviços públicos, no dinamismo de suas regiões e na confiança de que o Governo utiliza com responsabilidade os recursos que pertencem à sociedade.

- Este Plano aponta a direção.
- Transformá-lo em realidade exigirá trabalho, diálogo, planejamento, responsabilidade e capacidade de unir Goiás em torno de objetivos comuns.
- É esse compromisso que assumimos.
- Construir o futuro sem negar nossa história.
- Avançar sem deixar pessoas e regiões para trás.
- Inovar sem abandonar aquilo que funciona.
- E fazer com que o desenvolvimento de Goiás seja, cada vez mais, desenvolvimento para todos.
- Goiás de Todos - Legado que Inova.

Experiência para reconhecer o caminho.

Inovação para construir o futuro.

Compromisso para fazer o desenvolvimento chegar a todos.